



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE COOPERATIVA DE
CRÉDITO

PATRÍCIA FARIAS DE OLIVEIRA

COOPERATIVAS DE CRÉDITO: DIFERENÇAS E
SEMELHANÇAS COM BANCOS

CAMPINA GRANDE
2013

PATRÍCIA FARIAS DE OLIVEIRA

**COOPERATIVAS DE CRÉDITO: DIFERENÇAS E
SEMELHANÇAS COM BANCOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Especialização em Gestão de Cooperativa de Crédito da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Cidoval Morais de Sousa.

**CAMPINA GRANDE
2013**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

O48c Oliveira, Patrícia Farias de
Cooperativas de crédito [manuscrito] : diferenças e
semelhanças com bancos / Patrícia Farias de Oliveira. - 2013.
87 p. : il. color.

Digitado.

Monografia (Especialização em Gestão de Cooperativas de
Crédito) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-
Graduação e Pesquisa, 2013.

"Orientação: Prof. Dr. Cidoval Morais de Sousa,
Departamento de Administração".

1. Cooperativismo de crédito. 2. Banco. 3. Instituição
financeira. 4. Cooperado. 5. Cliente. 6. Lucro I. Título.

21. ed. CDD 334.2

PATRÍCIA FARIAS DE OLIVEIRA

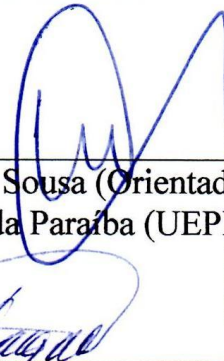
**COOPERATIVAS DE CRÉDITO: DIFERENÇAS E
SEMELHANÇAS COM BANCOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Especialização em Gestão de Cooperativa de Crédito da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista.

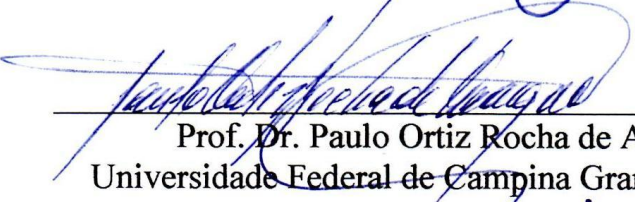
Orientador: Prof. Dr. Cidoval Morais de Sousa

Aprovada em: 25/11/2013.


BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Cidoval Morais de Sousa (Orientador
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB))



Prof. Dr. Paulo Ortiz Rocha de Aragão
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)



Prof. Dr. Rômulo Marinho do Rêgo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedicatória

Dedico este trabalho monográfico às pessoas que, de alguma forma, puderam ajudar-me direta ou indiretamente a ultrapassar os obstáculos que a vida me reservou neste um ano e meio que estive adquirindo novos saberes na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Sei que ao sair, as dificuldades serão ainda maiores, mas, com paciência, determinação e respeito à ética profissional é possível alcançar os objetivos desejados.

Patrícia Farias de Oliveira

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me concedeu esta vitória;

À minha mãe, por tudo, além deste trabalho;

Ao meu esposo que me acompanharam e me encorajaram durante o curso dessa trajetória.

Ao professor Rômulo Marinho do Rêgo, por prover o exemplo de ética a ser seguido, bem como ao professor Paulo Ortiz, pelo exemplo de paciência e sabedoria e ao professor Cidoval Moraes de Souza, pelo exemplo de respeito e consideração ao próximo;

Aos amigos: George, Alexandre, Cynthia, Pedro, Flávio, Chateaubriand, Alexsandro e a turma da CG Cred que não hesitaram em caminhar comigo;

Aos profissionais do curso de Especialização, principalmente, a Sra. Sheila Almeida, que nos ajudou durante todo período do curso.

Patrícia

Citação:

“O constante revolucionar da produção, a ininterrupta perturbação de todas as relações sociais, a interminável incerteza e agitação distinguem a época burguesa de todas as épocas anteriores. Todas as relações fixas, imobilizadas, com sua aura de idéias e opiniões veneráveis são descartadas; todas as novas relações, recém-formadas, se tornam obsoletas antes que se ossifiquem. Tudo que sólido desmancha no ar, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente forçados a enfrentar com sentidos mais sóbrios suas reais condições de vida e sua relação com outros homens.” (KARL MARX, 1986, P. 93).

RESUMO

Este trabalho aborda a questão da Cooperativa de Crédito ser igual, diferente ou semelhante aos Bancos, quais as alterações ou modificações ocorridas nessa década, contextualizando no Brasil, apresentando produtos e serviços semelhantes, autorizadas e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil, mas são diferentes, pois não visam lucro e suas sobras são divididas entre os associados, a estrutura do poder é a de um voto por cooperado e não no número de ações, quem administra os bancos é pessoa do mercado e na cooperativa o próprio sócio do meio cooperativista, o associado pode participar de toda a política de decisão, enquanto nos bancos os usuários são meros clientes e não exercem influência na definição de preços dos produtos. As cooperativas podem trabalhar com repasse de Fundos do governo (FAT/FUNDEF); com portabilidade de transferência de financiamentos ou empréstimo; Cooperativa e com Câmbio; comprar empresas ou ser acionista majoritária. A metodologia adotada foi a pesquisa, exploratória e descritiva; procedimento metodológico; instrumento de coleta dos dados e a avaliação.

Palavras Chaves: Cooperativismo Crédito, Cooperativas, Bancos, Produtos e Serviços, Instituições Financeiras, Cooperados, Clientes, Lucro.

ABSTRACT.

This work discusses the issue of Credit Union to be equal, different or similar to banks, which changes or modifications that have occurred in this decade, in the context of Brazil, featuring similar products and services, authorized and supervised by the Central Bank of Brazil, but are different, because for-profit and not your leftovers are divided among the members, the power structure is that of a vote for cooperation and not on the number of shares , who administers the banks is person of the market and in the cooperative partner of the cooperative's own half, the Member may participate in any decision-making policy, while on the banks users are mere customers and any influence on the pricing of products. Credit Union can work with transfer of Government funds (FAT/FUNDEF); with portability of funding transfer or loan; Credit Union and with foreign exchange; buy companies or be majority stockholder. The methodology adopted was the research, exploratory and descriptive; methodological procedure; instrument of data collection and evaluation.

Keywords: Credit Union, Credit Cooperatives, banks, products and services, Financial Institutions, members, Customers, profit.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCOOP	- Aliança Brasileira de Cooperativas
ACCU	- Association of Asian Confederation of Credit Unions - Confederação Asiática das Cooperativas de Crédito
ACI	- Aliança Cooperativa Internacional
ANCOSOL	- Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária
BACEN	- Banco Central do Brasil
BANCOOB	- Banco Cooperativo do Brasil S/A
BANSICRED	- Banco Cooperativo Sicred S/A
BNCC	- Banco Nacional de Crédito Cooperativo
BNDES	- Banco Nacional do Desenvolvimento
CE	- Capital Econômico
CECOOPES	- Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo do Espírito Santo
CECRED	- Cooperativa Central de Crédito Urbano Cooperativa Central de Crédito Urbano do Rio Grande do Sul
CECRERS	-
CENTRALCRED	- Cooperativa Central de Crédito Noroeste Brasileiro
CET	- Custo Efetivo Total
CNAC	- Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa
CNC	- Conselho Nacional de Cooperativismo
CNCOOP	- Confederação Nacional das Cooperativas Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CODEFAT	-
COLAC	- Confederação Latino-Americana de Cooperativas de Economia e Crédito
CONFEBRÁS	- Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito
CONFEDERAÇÃO	- Confederação Interestadual das Cooperativas ligadas ao
SICRED	- Sicored
CONFESOL	- Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária
DENACOOB	- Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural
DOC	- Documento de Ordem de Crédito
EACB	- European Association of Cooperative Banks - Associação Europeia de Bancos Cooperativos
FAQ	- Acrônimo da expressão inglesa <i>Frequently Asked Questions</i> - Perguntas mais Frequentes
FAT	- Fundo Amparo ao Trabalhador
FEBRABAN	- Federação Brasileira de Bancos
FEDERALCRED	- Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores da União
FEI	- Frequência Esperada de Inadimplência

FENACRED	- Federação Nacional das Cooperativas de Crédito Urbano
FGI	- Fundo Garantidor de Investimento
FRENCOOP	- Frente Parlamentar do Cooperativismo dentro da Assembleia Legislativa Estadual
FUNDEF	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
ICBA	- Associação Internacional dos Bancos Cooperativos
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IQC	- Índice da Qualidade da Carteira
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MTE	- Ministério do Trabalho e Emprego
OCA	- Organização das Cooperativas da América
OCB	- Organização das Cooperativas Brasileiras
OCE	- Organização das Cooperativas do Estado
ONU	- Organização das Nações Unidas
PASEP	- Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PDI	- Perda Dada a Inadimplência
PE	- Perda Esperada
PIS	- Programa de Integração Social
PR	- Patrimônio Referência
RAROC	- Retorno Ajustado ao Risco
RECOOP	- Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuárias
SESCOOP	- Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SICOOB	- Sistema de Cooperativas do Brasil
SICOOB BRASIL	- Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda
SICRED	- Sistema de Crédito Cooperativo
TED	- Transferência Eletrônica Disponível
UNASCO	- União Nacional de Cooperativa
UNICRED	- Cooperativa de Crédito dos Profissionais da Saúde
UNICRED DO BRASIL	- Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicreds
UNIPRIME	- Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Saúde
VAR	- Value at Risk - Método para Avaliar o Risco em Operações Financeiras
WOCCU	- World Council of Credit Unions - Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPITULO 1.....	14
1.1. Cooperativismo na contemporaneidade	14
1.2. Cooperativas de crédito no Brasil	15
1.3. O que é o cooperativismo	18
1.4. Dimensão do cooperativismo no mundo e no Brasil	22
1.5. Organograma do cooperativismo de crédito no Brasil	27
1.6. Organograma do sistema financeiro nacional	28
1.7. Principais entidades do cooperativismo no mundo	29
1.8. Principais entidades do cooperativismo no Brasil	30
CAPÍTULO 2.....	34
2.1. Princípios cooperativistas	34
2.2. Evolução da base legal	35
2.3. Regulamentação	37
2.4. Diferença entre o crédito cooperativo e o bancário	39
2.5. Comparação das tarifas entre instituições bancárias e de cooperativas de crédito do sistema Sicredi	42
2.6. Levantamento e tabulação dos dados	47
CAPITULO 3	
3.1. O crédito cooperativo	67
3.2. O crédito bancário	70
3.3. Política de crédito nas cooperativas	74
3.4. Política de crédito nos bancos	74
3.5. Análise	79
CONCLUSÃO	83
REFERÊNCIAS	85

INTRODUÇÃO

Esta monografia faz uma explanação sobre o cooperativismo de crédito, evidenciando o Brasil e o Nordeste. A pretensão é de fornecer subsídios teóricos metodológicos para uma melhor compreensão da prática do cooperativismo de crédito. Na cooperativa o associado busca um menor custo e com melhor qualidade. No país onde ocorrem as maiores taxas de juros do mundo e um custo de vida elevado, através das cooperativas podemos tentar sermos mais justos na prestação dos serviços e nas vendas de produtos considerados bancários, utilizando um atendimento personalizado e de qualidade e ainda, distribuímos os rendimentos auferidos com os serviços e produtos negociados (as SOBRAS) no final de cada exercício.

O mais importante é fazer com que às pessoas se tornem cooperadas e não apenas clientes. Clientes são pessoas sem um maior compromisso com a sustentabilidade da instituição, visam apenas os seus interesses próprios, não tem a noção de que fazem parte de uma instituição, que são donos e que o resultado retorna para o seu próprio benefício. Clientes que se tornam cooperados procuram conhecer a instituição, seus benefícios e, ao utilizá-la, sabem que podem participar de toda a política de decisão da mesma já que ele também é dono e não apenas usuário. Neste processo ocorre um crescimento mútuo.

Através do cooperativismo de crédito, busca-se uma nova forma de exercer a prática bancária, requerendo uma prática profissional diferente. A estrutura é bastante complexa e a grande proposta é situar-se acerca de suas particularidades, fazendo-se conhecer a estrutura deste modelo e como o mesmo vem se comportando imerso no sistema capitalista voltado para maximizar o lucro sem uma maior preocupação com as pessoas e com o ambiente socioambiental.

Desenvolver e difundir a ideia do cooperativismo é o maior desafio dos que acreditam nesta doutrina. Não se procure uma panaceia que seja a solução de todas as mazelas causadas pelo sistema capitalista, é a busca de uma alternativa econômica para uma sociedade mais justa. Ou seja, é a forma mercantil de acesso a bens, serviços e mercadorias a custos mais acessíveis.

Investigou-se as principais diferenças entre às cooperativas de crédito e às instituições financeiras, considerando seus custos e benefícios no mercado financeiro. Verificou-se que a realidade vivenciada pelas cooperativas de crédito no mercado

brasileiro, ainda apresentando uma baixa participação representa um grande desafio a ser superado. Se levarmos em consideração, o Canadá, quatro em cada dez canadenses são membros de pelo menos uma cooperativa. Em Quebec, aproximadamente 70% da população são cooperados e membros, em Saskatchewan, enquanto 56% são membros.

Apesar do Brasil se situar no 14º maior quanto ao volume de ativos de instituições financeiras cooperativas no mundo, possui um mercado potencial muito grande para crescimento. A internalização do padrão cultural tradicional dos bancos afasta o usuário da cultura do cooperativismo e, sem esta visão dificilmente se envolve no domínio de projetos de interesse coletivo, de compromisso com uma ordem social necessária à garantia da condição humana de cidadão.

Sob esta ótica, colocamos em prática o lado social, mas com o viés de retorno para a cooperativa. Foi realizado um resgate histórico do cooperativismo de crédito de modo que se transformar-se em respostas concretas, buscando entender melhor o problema enfrentado por elas anteriormente. A proposta é justificada por uma reflexão teórica que explica a importância de um trabalho integrado no interior da instituição que desenvolva uma visão menos capitalista.

A fundamentação da proposta é claramente construtivista. Levando em consideração o modelo construtivista, o ser humano nasce com potencial para aprender. Mas este potencial - esta capacidade - só se desenvolverá na interação com o mundo, na experimentação com o objeto de conhecimento, na reflexão sobre a ação.

Finalmente, serão sugeridas algumas estratégias dirigidas para uma transformação de rumos que sinaliza a um novo paradigma, dinâmico e compatível com o avanço acelerado da tecnologia, a partir das invenções e descobertas que o ser humano tem realizado, cada vez com maior rapidez. A intenção foi analisar a atual estrutura do cooperativismo nesta década, para reorientá-lo rumo à nova proposta, a partir das constatações realizadas e de novas demandas postas pela sociedade civil.

O objetivo geral deste trabalho consiste em estabelecer possíveis diferenças entre a instituição cooperativa de crédito e a instituição bancária, mostrando a partir dos dados levantados as vantagens e desvantagens de cada uma destas instituições. A partir da hipótese de que a cooperativa oferece vantagens ao cooperado, seja ele investidor, tomador ou usuário dos serviços e produtos desta instituição. Desta forma poderemos fazer com que as pessoas possam enxergar as cooperativas “com outros olhos”, oferecendo uma possível opção aos bancos pelas vantagens que a mesma pode oferecer.

As vantagens oferecidas pelas cooperativas de crédito ao superar as dos bancos. Desta forma, oferecem uma maior rentabilidade e possibilita condições de oferecer maiores condições para contribuir para melhorar a qualidade de vida dos seus associados, pois, à medida que as cooperativas crescem e se desenvolvem, os cooperados caminham no mesmo ritmo.

No país onde ocorre as maiores taxas de juros do mundo e um custo de vida elevado, é possível, através das cooperativas, oferecer serviços e produtos, por meio de um atendimento personalizado, e, como o objetivo da cooperativa não é obter o lucro máximo, a devolução das sobras no final de cada exercício, representa vantagens adicionais sobre os bancos.

CAPÍTULO I

O COOPERATIVISMO NA CONTEMPORANEIDADE. O QUE É, COMO SE CONSTITUIU, COMO SE POSICIONA INTERNACIONALMENTE, QUAL É A SITUAÇÃO NO BRASIL, NO NORDESTE E COMO SE DIFERENCIA DOS BANCOS.

1.1. COOPERATIVISMO NA CONTEMPORANEIDADE.

Em seus primórdios, no século XVIII, o cooperativismo pretendia constituir uma alternativa política e econômica ao capitalismo, eliminando o patrão e o intermediário, e concedendo ao trabalhador a propriedade de seus instrumentos de trabalho e a participação nos resultados de seu próprio desempenho. Reformadores sociais, socialistas utópicos ou socialistas cristãos como Robert Owen e Charles Fourier criaram cooperativas de produção. William King, médico inglês, recomendou aos operários que possuíssem suas próprias máquinas. Louis Blanc fundou o que chamou de "oficinas sociais", ao agrupar artífices do mesmo ofício. Destacam-se, como teóricos de cooperativismo, Beatrice Potter Webb, Luigi Luzzatti e Charles Gide, que chegou a propor a "república cooperativa".

Em maio de 1838, com o movimento cartista na Inglaterra, que se disseminou pela classe média, surgiram as primeiras manifestações concretas de cooperativismo, que culminaram com a fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale ("Rochdale Society of Equitable Pioneers") (1844), que reunia 28 tecelões da localidade.

Organizado na mesma época, mas sem a mesma influência, o movimento francês teve a iniciativa de Benjamim Buchez (1776-1860) e Louis Blanc (1811-1882). Na Alemanha surgiram as cooperativas de crédito e consumo. Herman Schulze (1808-1883) fundou a Associação das Cooperativas Alemãs em 1859.

No Congresso que ocorreu em Praga em 1948 definiu a sociedade cooperativa nos seguintes termos:

“Será considerada como cooperativa, seja qual for a constituição legal, toda a associação de pessoas que tenha por fim a melhoria econômica e social de seus

membros pela exploração de uma empresa baseada na ajuda mínima e que observa os Princípios de Rochdale”

Em 1966 a Aliança Cooperativa Internacional resumiu os princípios Rochdale em: adesão livre; gestão democrática; taxa limitada de juro ao capital social; sobras eventuais aos cooperados, que podem ser destinadas ao desenvolvimento da cooperativa, aos serviços comuns e aos associados, proporcionalmente a suas operações; neutralidade social, política, racial e religiosa; ativa colaboração das cooperativas entre si e em todos os planos, local, nacional e internacional; constituição de um fundo de educação dos cooperados e do público em geral. E, em 2012, a ONU decretou o ano Internacional das Cooperativas.

1.2. COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL.

No Brasil, a cultura da cooperação é desde a época da colonização portuguesa. Esse processo emergiu no Movimento Cooperativista Brasileiro no final do século 19, estimulado por funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários, para atender às suas necessidades.

O movimento iniciou-se na área urbana, com a criação da primeira cooperativa de consumo de que se tem registro no Brasil, em Ouro Preto (MG), no ano de 1889, denominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Depois, se expandiu para Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, além de se espalhar em Minas Gerais.

Em 1902, foi fundada a primeira cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul, por iniciativa do padre suíço Theodor Amstadt. As cooperativas de crédito mútuo são cooperativas originadas do sistema Desjardins, que exige um vínculo entre os associados. O próprio Decreto nº 22.239 deu guarida a esse tipo de cooperativa, ao dispor, em seu artigo 5º, § 8º, que “é lícito dispor nos estatutos que só poderão ser admitidos como associados pessoas de determinada profissão, classe ou corporação”. A Portaria nº 1.098 do Ministério da Agricultura estabeleceu que:

VI – São cooperativas de crédito mútuo as que têm como associados somente pessoas vinculadas a uma determinada entidade, corporação ou empresa, com área de ação

reduzida, e que realizem operações ativas e passivas única e exclusivamente com os associados.

A primeira cooperativa de crédito mútuo no Brasil foi a Cooperativa de Crédito dos Funcionários da Matriz do Banrisul Ltda., constituída em 2 de março de 1946. Essa cooperativa continua em atividade, sob a denominação de Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Banrisul Ltda. (MEINEN, 2002)¹.

As cooperativas de crédito executam três tipos principais de operações – **Operações Passivas**, relacionadas a depósitos de seus associados, funcionários e/ou de associações constituídas exclusivamente de associados e funcionários e, operações relacionadas à compensação de cheques; **Operações Ativas** – relacionados aos empréstimos e **Operações Assessórias** relacionadas à prestação de serviços.

Em 08/09/1925, no Rio Grande do Sul, 18 cooperativas conceberam a primeira central brasileira do ramo, a "Central das Caixas Rurais da União Popular do Estado do Rio Grande do Sul, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada", anos mais tarde convertida em Cooperativa Singular, denominada atualmente SICREDI Metrópolis.

No final dos anos 20 deste século (década de 30), o modelo desenvolvido pelo italiano Luigi Luzzati (1841-1927) tomou força pelas mãos da Igreja Católica e por leigos que, participando de um Congresso Mariano em Roma, conheceu o cooperativismo italiano.

Diferenciava-se do modelo alemão pelo fato de exigir um pequeno capital, quando da admissão de qualquer cooperado e ter como público preferencial os assalariados, os artesãos e os pequenos empresários, comerciantes ou industriais. Mais adequado para às condições brasileiras do que o modelo alemão, o chamado cooperativismo de crédito popular por aqui se desenvolveu com uma velocidade espantosa

Entre as décadas de 30 e meados da década de 50, calcula-se que foram criadas cerca de 1.200 cooperativas do modelo Luzzatti e alcançaram um bom estágio de desenvolvimento. Seu único grande pecado foi não ter buscado a verticalização e não ter criado um antídoto para uns poucos aventureiros que, particularmente nos grandes centros, buscaram tirar proveito em benefício próprio.

E, em 1951, a Lei 1.412 transforma a Caixa de Crédito Cooperativo (criada pelo Governo em 1943) no Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), com objetivo

de promover assistência e amparo às cooperativas. O BNCC possibilitava, com exclusividade, a participação indireta das cooperativas de crédito que captassem depósitos à vista na Câmara de Compensação de Cheques. O BNCC era controlado pela União, que inicialmente participava com 60% de seu capital, sendo os 40% restantes subscritos pelas cooperativas legalmente constituídas e em funcionamento.

Não obstante a participação acionária, as cooperativas jamais tiveram qualquer ingerência na administração do banco, que nunca se constituiu em órgão de cúpula do sistema cooperativo. Apesar de prever uma grande ingerência do governo - o Cooperativismo passou a ser fiscalizado, controlado e fomentado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC).

Nos anos que ficaram conhecidos como sendo da ditadura militar brasileira (1962), foi retirada das Cooperativas uma parte das suas condições de funcionamento. As mesmas foram impedidas de captar recursos em depósitos a prazo (aplicações) e seus empréstimos tinham taxas de juros controladas. O depósito à vista não foi proibido, mas como as cooperativas não tinham cheque compensável não havia incentivo para o associado deixar seus recursos parados a juro zero. O crédito rural podia ter como taxa máxima 13% ao ano devendo 80% da carteira de crédito ser alocada neste segmento e o crédito geral podia ser emprestado a 24% ao ano podendo emprestar os 20% restantes.

Estas taxas de juros limitadas tinham como agravante a inflação da época que em 1964, por exemplo, foi de 91,8% ao ano que após a ação do governo reduziu para 22% em 1968. E, segundo o Banco Central do Brasil, no fim de 1961, existia no Brasil um total de 511 cooperativas de crédito, e 547.854 associados. O Decreto do Conselho de Ministros nº 1.503, de 12 de novembro de 1962, sobrestou as autorizações e os registros de novas cooperativas de crédito ou

¹MEINEN, Ênio. Cooperativismo de crédito: raízes evolução e particularidades. In: MEINEN, E.; DOMINGUES, J. N.; DOMINGUES, J. A. S. Cooperativas de crédito no direito brasileiro. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 2002.

com seções de crédito. Após essa data, verificou-se um declínio no número de instituições, que somente seria revertido cerca de vinte anos depois.

Surge a Lei 5.764/71 que é um divisor de águas para o movimento. Com isso, as cooperativas passaram a se enquadrar num modelo empresarial, permitindo sua expansão econômica e sua adequação às exigências do desenvolvimento capitalista

agroindustrial adotado pelo Estado. O modelo brasileiro de cooperativismo é o unitário, isto é, a cooperação é regulada por uma só lei orgânica. O modelo diversificado gera legislação específica para cada tipo de organização cooperativa.

1.3. O QUE É O COOPERATIVISMO

Com a propagação da doutrina cooperativista, às cooperativas tiveram sua expansão num modelo autônomo, voltado para suprir as necessidades dos próprios membros e assim se livrarem da dependência dos especuladores.

Atualmente, o cooperativismo retrata um importante mecanismo de sobrevivência do atual sistema capitalista². Contudo, esta ainda não é uma questão muito clara para sociedade, pelo fato de existir interpretações, entendimentos de forma extrema, pois hoje há correntes que apoiam o cooperativismo como estrutura que vai desde a utopia socialista ao liberalismo. O importante é que, sem tomar partido, a intenção é apresentar o cooperativismo, sua estrutura organizacional, bem como os fatores que influenciam as condições de êxito e fracasso.

Os reflexos deixados pelo capitalismo na sociedade marcam as competições acirradas entre empresas, instituições de grande porte controladas por capital nacional ou estrangeiro na busca pelo lucro. Isso faz com que diversos setores da economia dediquem especial atenção para o Cooperativismo como uma alternativa para regulação do mercado capitalista.

Difundir e entender o cooperativismo não são tarefas fáceis, por inúmeras razões, dentre elas: por ser considerada uma filosofia romântica, utópica ou, ainda, uma forma oportunista para alguns grupos obterem benefícios.

A estrutura das sociedades cooperativas é bastante complexa e a grande proposta é situar-se acerca de suas particularidades, fazendo-se conhecer a estrutura deste modelo e como o mesmo vem se comportando no ambiente capitalista.

O cooperativismo tem atraído atenção dos mais diversos setores da economia e vem ganhando força na atualidade por muitos políticos, economistas neoliberais e reformistas, devido às consequências das diferenças sociais marcadas pelas ineficiências do capitalismo. Pode-se citar a concentração de renda, aliada ao distanciamento social entre ricos e pobres, algo que ilustra os desajustamentos sociais oriundos dos excessos da intermediação capitalista.

Do ponto de vista teórico econômico, merece especial destaque Pinho (1982)³, por suas inúmeras obras dedicadas à importância do cooperativismo e necessidade de utilização deste potencial nas atuais estruturas econômicas como forma de organização democrática da sociedade. Esta assim e expõe a relevância das estruturas cooperativas:

Organizações de pessoas que buscam, em bases democráticas, atender às necessidades econômicas de seus membros e prestar-lhes serviços, as cooperativas são especialmente importantes para atuar em situações econômicas críticas como inflação, recessão, estagnação e desemprego. Aliás, esta potencialidade, decorre do fato da cooperativa reunir na mesma instituição, uma associação de pessoas e uma empresa (PINHO, 1982, p. 239).

As empresas Cooperativas nascem da insatisfação gerada pelas ineficiências do capitalismo, o que reforça a ideia da autora, sendo que o cooperativismo em raízes em países desenvolvidos.

“As mesmas surgem como uma alavanca para o crescimento econômico sustentado, atuando decisivamente como instrumento de organização econômica da sociedade” (SCHARDONG, 2003, p 105)⁴ e importante instrumento de regulação do mercado.

Assim, Rios (1988, p.33)⁵ adverte que, no entanto: “O cooperativismo não deve ser visto como uma solução mágica, e sim como o começo extraordinário do muito que precisa ser conquistado sob império da legalidade que deve sustentar a ordem social das verdadeiras democracias”. Difundir esta ideia é o maior desafio aos adeptos à questão, o que quer dizer que o cooperativismo não é a solução de todas as mazelas causadas pelo tradicional sistema capitalista, é uma alternativa econômica para uma sociedade mais

2 Considerando-se uma economia de mercado, tendo em vista que o capitalismo, em sua concepção original expressa pelas escolas clássica e marxista, não é encontrado na realidade atual. Sobre isso, ver FUSFELD, Daniel. A era do Economista. São Paulo, Saraiva. 2001.

justa. Ou seja, é a forma mercantil de acesso a bens, serviços e mercadorias a custos mais acessíveis.

Se as relações comerciais por meio das cooperativas visam a permitir o acesso a determinados bens e serviços a custos menores, pode-se então obter através desta uma importante ferramenta de regulação de mercado. Pois, se a cooperativa visa ao acesso a

bens e serviços a custos menores, isso fará com que as demais empresas de mercado que irão concorrer com ela ajustem seus custos ou lucros, comportamento econômico natural de concorrência dentro do sistema capitalista. No entanto, esta visão não é clara para a sociedade, pois para um leigo no assunto há uma distorção do princípio de igualdade, considerada como uma alternativa romântica, paternalista, marxista ou, até mesmo, considerada como uma forma oportunista para obter alguns benefícios fiscais, uma vez que sua legislação tributária é diferenciada.

As sociedades cooperativas são empresas cujo objetivo não é a busca desenfreada pelo lucro ou a ganância pela rentabilidade do capital, mas sim o uso comum do dinheiro do grupo de associados, que é transformado em bens e serviços, de acordo com o ramo da cooperativa, a custos mais acessíveis.

Esta prática visa a estender um maior bem-estar social, pois permite o acesso de bens e serviços a pessoas que em uma estrutura capitalista tradicional não teriam acesso.

Assim, diferentemente da empresa capitalista, o capital da cooperativa provém fundamentalmente do usuário, cujo objetivo fundamental não é fazê-lo frutificar, mas juntá-lo aos de outros associados, a fim de colocar em funcionamento uma empresa que lhes preste serviço. São os usuários-empresários que correm o risco de obter êxito ou fracassar, mas em uma atividade de auto prestação de serviço, com o capital obtido através da quotização de todos (PINHO, 1977, p. 140)⁶.

Não significa que a cooperativa é uma entidade filantrópica, pois assim não faria sentido sua convivência no sistema capitalista. Talvez, seja confuso entender como uma empresa não que visa ao lucro, atuar harmonicamente em uma sociedade capitalista. O objetivo da cooperativa não é única e exclusivamente o lucro, isso é um ponto que ao longo deste trabalho tem-se procurado deixar claro.

^{3, 4 e 5} V Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de cooperativismo. Movimento Cooperativo, transnacionalização e Identidade Cooperativa na América Latina. Comitê de Pesquisa da Aliança cooperativa Internacional. **2009 - O COOPERATIVISMO E SEU COMPORTAMENTO DIANTE DO CAPITALISMO ATUAL: ASPECTOS TEÓRICOS E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS** - Gestão econômica e social das cooperativas – P.03 - 04

O maior objetivo da cooperativa é atender e satisfazer às necessidades do grupo de associados que dela faz parte. Como este grupo assume o duplo papel de sócio e usuário, ele tem a autonomia de decidir o rumo da cooperativa de forma democrática.

Isso também Rios (1988) reforça em sua tese 2⁷, obtendo em suas mãos a gestão da cooperativa, controlados pelos Conselhos Fiscais, Administração e Diretores, ambos representantes do quadro social. Desta forma, permite um modelo de gestão democrático e transparente. Sua forma de lucro é denominada de sobras do exercício. Ou seja, é o excedente de todas as suas transações comerciais realizadas com seu quadro associativo. Resultado de suma importância para sua sobrevivência, de acordo com Rios (1998, p. 40-41)⁸.

Embora sua finalidade não seja gerar lucro pelo lucro, sua performance precisa estar estruturada de maneira eficaz a fim de gerar resultados positivos (ou sobras) que lhe permitam pela ordem:

- Ter sua sobrevivência garantida hoje.

Estabelecer planos de crescimento sustentado que lhe permitam sobreviver amanhã. Mas, então, seria uma espécie de exploração? Não, a grande diferença de uma empresa capitalista tradicional, é o destino deste lucro. A empresa tradicional o lucro é destinado para seus acionistas, onde estes irão aplicar este onde melhor rentabilizar seu capital, independente de raízes. Na empresa cooperativa, as sobras são investidas em seu local de atuação (comunidade) decidido democraticamente pela assembleia geral dos associados, órgão supremo de uma sociedade cooperativa, quando de sua prestação de contas, que é o que define como uma forma de gestão democrática e transparente.

- Esta forma de distribuição de lucros ou sobras na sociedade cooperativa permite uma melhor distribuição de renda e ajustar os desequilíbrios regionais, pois as sobras

^{6,7 e 8} V Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de cooperativismo. Movimento Cooperativo, transnacionalização e Identidade Cooperativa na América Latina. Comitê de Pesquisa da Aliança cooperativa Internacional. **209 - O COOPERATIVISMO E SEU COMPORTAMENTO DIANTE DO CAPITALISMO ATUAL: ASPECTOS TEÓRICOS E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS** - Gestão econômica e social das cooperativas – P.04-05. E, 2 Ver Luiz Oliveira Rios – Cooperativas Brasileiras Manual de Sobrevivência & Crescimento Sustentável.

são investidas em seu local de atuação, permitindo, assim, desenvolver uma comunidade que seja mais pobre ou menos desenvolvida que outras. Isso reforça a ideia de Scharong (2003)⁹, que afirma que o cooperativismo “surge como uma alavanca para o crescimento econômico sustentado, atuando decisivamente como instrumento de

organização econômica da sociedade”. Aliado a isso, acrescenta-se a afirmação de Perius (1983)¹⁰.

O modelo econômico cooperativo não visa a substituir a economia de mercado, pelo contrário, serve-se dela, para fortalecê-lo, aprimorá-lo e até organizá-lo onde ele inexistente. O cooperativismo apenas visa à correção no sentido econômico, social e político social (PERIUS, 1983, p.92).

Faz-se necessário entender que o cooperativismo é a alternativa que pode ser adotada para que a sociedade conviva de forma mais harmônica com o sistema capitalista. No entanto, ao cooperativismo não pode ser atribuída à responsabilidade de solução para toda a herança de ineficiências do atual sistema econômico.

1.4. DIMENSÃO DO COOPERATIVISMO NO MUNDO E NO BRASIL

Por fim, a ACI (Aliança Cooperativa Internacional) divulgou em Portugal (ocorrido em out/08) alguns dados interessantes do Cooperativismo no mundo.

- Na Argentina, existem mais de 17.941 sociedades cooperativas com 9.1 milhões de associados.
- Na Bélgica, haviam 29.933 sociedades cooperativas em 2001.
- No Canadá, quatro em cada dez canadenses são membros de pelo menos uma cooperativa. Em Quebec, aproximadamente 70% da população são cooperados e membros, em Saskatchewan, enquanto 56% são membros.
- Na Colômbia mais de 3,3 milhões de pessoas são membros de cooperativas ou 8.01% da população.
- Costa Rica conta com mais de 10% da sua população, como membros de cooperativas.
- Finlândia, S-Grupo tem uma composição de 1.468.572 indivíduos que representa 62% das famílias finlandês.
- Na Alemanha, existem 20 milhões de membros de cooperativas, 1 em cada 4 pessoas.
- Na Indonésia, 27,5% famílias representando cerca de 80 milhões de indivíduos são membros de cooperativas.

- No Japão, 1 em cada 3 famílias é um membro de uma cooperativa.
- No Quênia, 1 em cada 5 é um membro de uma cooperativa, ou 5,9 milhões e 20 milhões de quenianos e directa ou indirectamente derivar suas vidas a partir do Movimento Cooperativo.
- Na Índia, mais de 239 milhões de pessoas são membros de uma cooperativa.
- Na Malásia, 5,9 milhões de pessoas, ou 24% do total da população são membros de cooperativas.
- Na Nova Zelândia, 40% da população adulta são membros de cooperativas e mútuas.
- Em Cingapura, 50% da população (1,6 milhões de pessoas) são membros de uma cooperativa.
- Nos Estados Unidos, 4 em cada 10 indivíduos são membros de uma cooperativa (25%).

Em 1995, o cooperativismo brasileiro ganhou o reconhecimento internacional. Roberto Rodrigues, ex-presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, foi eleito o primeiro não europeu para a presidência da Aliança Cooperativista Internacional (ACI). Este fato contribuiu também para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras.

Em Dez/2011, o Brasil possuía 1.273 Cooperativas de Crédito, 38 Centrais Estaduais e 4 Confederações, sendo alicerçado basicamente em 5 sistemas de crédito. A opção por reunirem-se em sistemas é uma resposta à grande concorrência encontrada no mercado financeiro brasileiro sendo esta a única alternativa para fazer frente aos grandes conglomerados financeiros existentes.

As Cooperativas independentes (não filiadas a um sistema), também conhecidas como "solteiras", representam 18% do número total de cooperativas de crédito e sobrevivem à custa de esforços individuais, com maior capacidade de articulação no setor rural, em face da proximidade com o ramo de produção.

Enquadradas como "Outros Sistemas" estão 60 Cooperativas Singulares representadas por:

- **CECRED:** em Santa Catarina, onde há 15 singulares filiadas à Cooperativa Central de Crédito Urbano (Cecred), entre as quais duas de livre admissão e cinco de empresários;

- **CECRERS:** no Rio Grande do Sul, com 17 singulares filiadas à Ceccers Central, uma das quais no ramo de empresários;
- **CENTRALCRED:** em Rondônia, onde se desenvolveram 10 singulares de crédito rural filiadas à Cooperativa Central de Crédito Noroeste Brasileiro (Centralcred);
- **CECOOPES:** no Espírito Santo, com 3 cooperativas urbanas filiadas à Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo do Espírito Santo (Cecoopes);
- **FEDERALCRED:** em Alagoas, com 8 cooperativas urbanas voltadas prioritariamente para o segmento de policiais rodoviários, embora algumas delas atendam também servidores da União;
- **UNIPRIME:** formada por 8 cooperativas descendentes da Uniced, sendo 6 do Paraná e 2 do Mato Grosso do Sul.

O Brasil destaca-se com o Ramo Crédito ocupando a 14ª posição no mundo em expressão no Cooperativismo de Crédito. A rede de atendimento das cooperativas no Brasil representa 18% das agências bancárias do país, enquanto que os ativos totais administrados representam 2,3% do total, sendo que as cooperativas de crédito somadas ocupam a 7ª posição no ranking do volume de ativos estando, portanto, entre as maiores instituições financeiras de varejo do país.

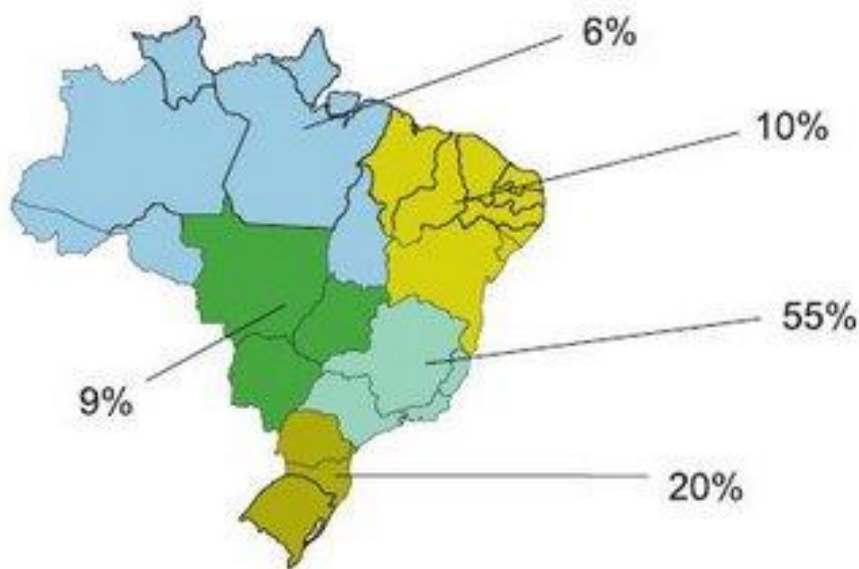
Tais números demonstram o grande desafio a ser superado pelas cooperativas brasileiras que, apesar de darem ao Brasil o 14º maior volume de ativos de

^{9 e 10} V Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de cooperativismo. Movimento Cooperativo, transnacionalização e Identidade Cooperativa na América Latina. Comitê de Pesquisa da Aliança cooperativa Internacional. **209 - O COOPERATIVISMO E SEU COMPORTAMENTO DIANTE DO CAPITALISMO ATUAL: ASPECTOS TEÓRICOS E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS** - Gestão econômica e social das cooperativas – P.05.

Instituições financeiras cooperativas no mundo, ainda possuem um mercado potencial muito grande para crescimento. E, tendo como desafio a comunicação.

Atuante, estruturado e fundamental para a economia do País tem por objetivo ser cada vez mais conhecido e compreendido como um sistema integrado e forte.

Distribuição das cooperativas por região ¹¹



Existe uma grande concentração das Cooperativas de Crédito (75% do total) nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, regiões estas consideradas as mais prósperas do país. Segundo dados do BACEN, 2/3 das cooperativas de crédito do país estão nos seguintes estados: São Paulo (316 cooperativas), Minas Gerais (249), Rio Grande do Sul (138), Paraná (130) e Santa Catarina (122). Apesar de ter o caráter de regulador das desigualdades sociais não há como negar a herança histórica e cultural existente nestas regiões e que propicia o empreendedorismo gerado pelas Cooperativas de Crédito. Em 2012, a região nordeste reunia 119 cooperativas, sendo 6 centrais e 113 singulares que, juntas, representavam 9,5% do total das cooperativas brasileiras. As singulares estavam distribuídas entre 17 de livre admissão, das quais 8 oriundas do setor rural (filiadas ao Sicoob Nordeste e Bahia), 6 de origem urbana (filiadas ao Uniced) e mais 3 Luzzattis (uma filiada ao Sicoob e duas solteiras); 38 de crédito rural; 3 de empresários; e 55 de natureza segmentada, das quais 18 atuando na área de

profissionais da saúde.

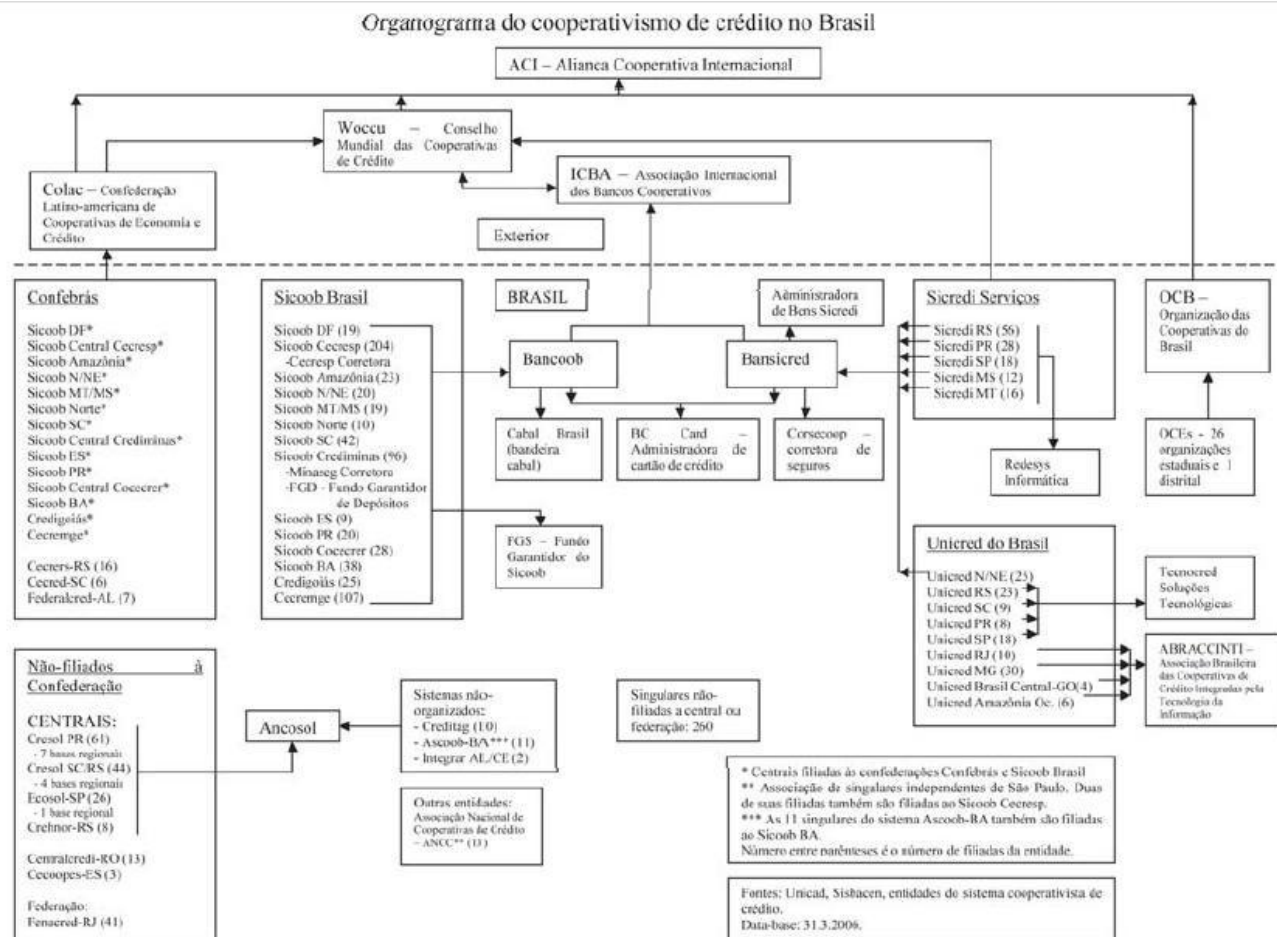
Cooperativismo na Região Nordeste

Regiões	Participação Regional											
	No Setor						No SFN					
	Créditos			Depósitos			Créditos			Depósitos		
	dez/10	dez/11	dez/12	dez/10	dez/11	dez/12	dez/10	dez/11	dez/12	dez/10	dez/11	dez/12
Nordeste	4,37%	4,54%	4,56%	3,29%	3,55%	3,59%	1,47%	1,52%	1,54%	0,75%	0,84%	0,98%
AL	9,54%	8,70%	9,03%	8,97%	9,01%	10,40%	2,70%	2,56%	2,55%	1,61%	1,79%	2,29%
BA	21,72%	20,12%	18,65%	26,01%	22,12%	20,28%	1,13%	1,10%	1,07%	0,78%	0,73%	0,75%
CE	12,15%	12,16%	12,18%	19,44%	18,41%	17,51%	1,35%	1,37%	1,40%	0,66%	0,72%	0,81%
MA	2,09%	2,45%	2,46%	1,57%	1,45%	1,50%	0,41%	0,49%	0,47%	0,22%	0,21%	0,25%
PB	32,53%	32,23%	31,75%	18,54%	21,28%	22,85%	6,45%	6,61%	6,50%	2,53%	3,14%	3,69%
PE	12,13%	13,48%	14,68%	12,94%	15,35%	14,37%	0,89%	1,00%	1,10%	0,39%	0,53%	0,63%
PI	0,90%	0,75%	0,81%	1,62%	1,36%	1,86%	0,25%	0,23%	0,25%	0,37%	0,35%	0,50%
RN	6,67%	7,28%	7,51%	8,38%	8,23%	8,40%	1,29%	1,49%	1,54%	1,26%	1,37%	1,56%
SE	2,27%	2,83%	2,94%	2,52%	2,78%	2,83%	0,60%	0,76%	0,82%	0,40%	0,51%	0,59%

¹¹ Cenário Brasileiro - **DISTRIBUIÇÃO DAS COOPERATIVAS POR REGIÃO.**
Disponível: <http://cooperativismodecredito.coop.br/cenario-brasileiro/>

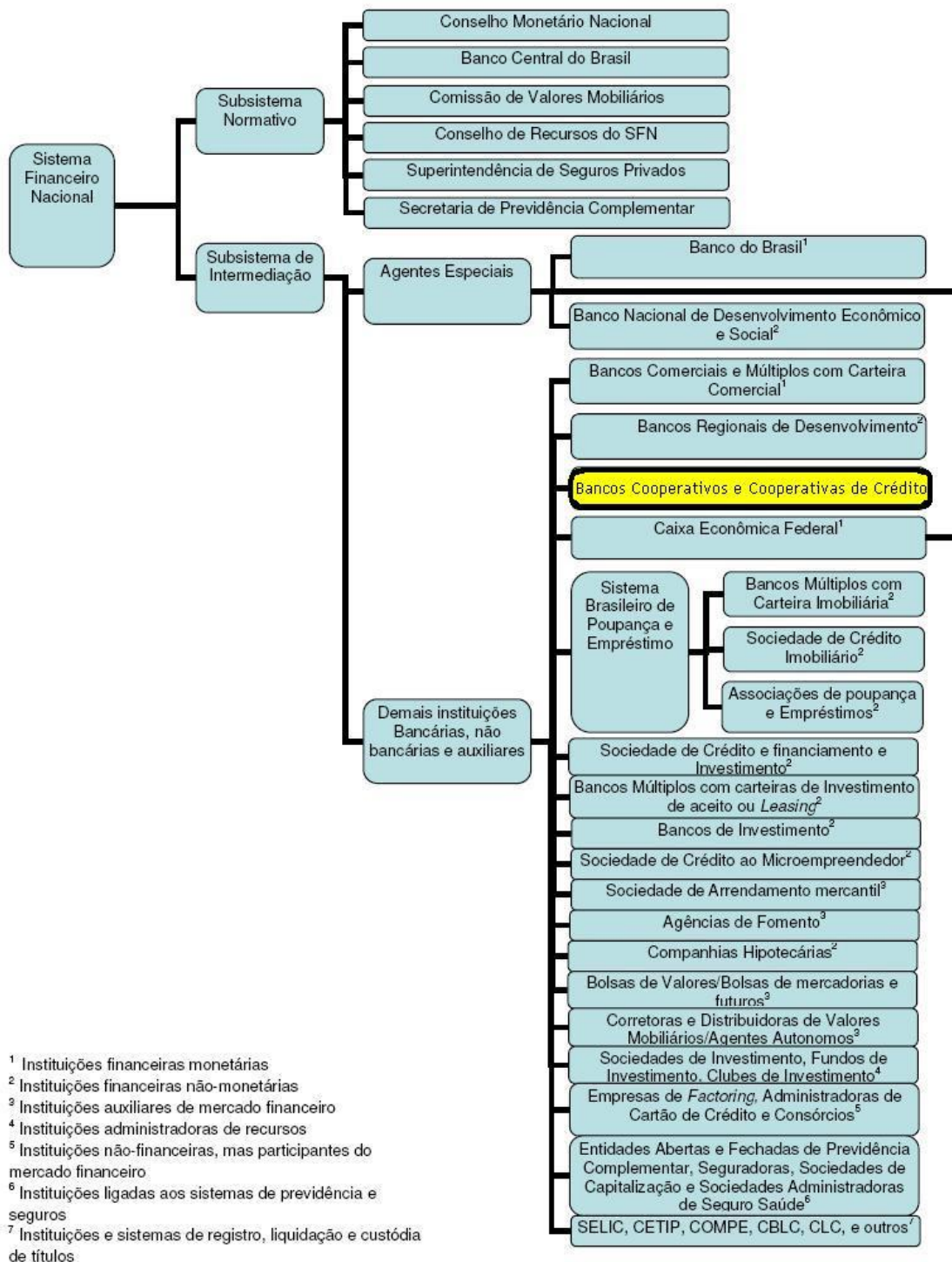
A imagem foi obtida da publicação do BACEN "Cooperativas de Crédito - História da Evolução Normativa no Brasil".

1.5. ORGANOGRAMA DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL¹²



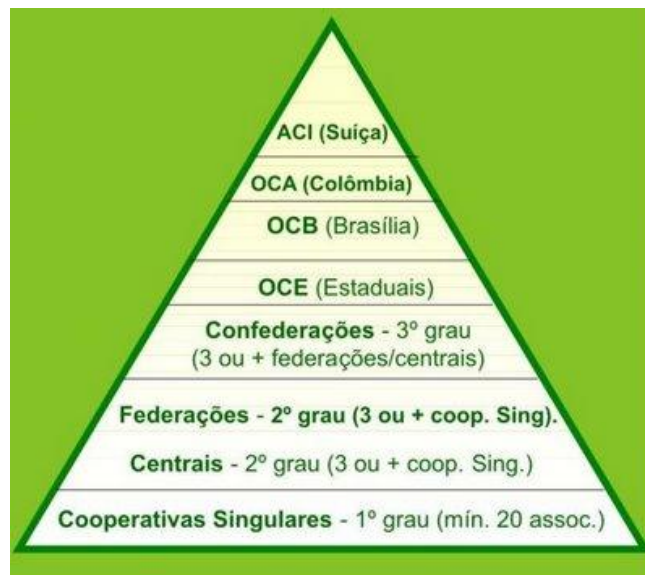
¹² Pinheiro, Marcos Antonio Henriques. **Cooperativas de Crédito - História da evolução normativa no Brasil - 6ª edição.** Disponível: http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_cooperativas_credito.pdf

1.6. ORGANOGRAMA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL



13. <http://banco-neu.blogspot.com.br/2012/03/bndes.html>

1.7. PRINCIPAIS ENTIDADES DO COOPERATIVISMO NO MUNDO.



ACI – Aliança Cooperativa Internacional - organização mundial que tem como função básica preservar e defender os princípios cooperativistas. Sua sede está localizada em Genebra, na Suíça, e se organiza através de quatro sedes continentais: América, Europa, Ásia e África. Na América, a sede está localizada em San José, capital da Costa Rica.

Em cada continente tem uma estrutura própria, conselho de administração e direção regional. Nas Américas, representava em 2010, 74 organizações filiadas de diferentes países, congregando cerca de 50 mil cooperativas e mais de 300 milhões de cooperados em todo o continente. Foi criada em 1895, constituída como uma associação não-governamental e independente reúne, representa e presta apoio às cooperativas e suas correspondentes organizações, objetiva a integração, autonomia e desenvolvimento do cooperativismo.

Em 1946 o movimento cooperativista representado pela A.C.I. foi uma das primeiras organizações não governamentais a ter uma cadeira no Conselho da ONU - Organização das Nações Unidas. E, em 16 de Setembro de 1997, foi eleito presidente da A.C.I. o brasileiro, produtor agrícola e professor - Roberto Rodrigues. Primeiro não europeu a assumir o cargo principal em 103 anos de existência da organização.

ICBA – Associação Internacional dos Bancos Cooperativos. É uma organização especializada da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) fundada em 1922 por bancos cooperativos nacionais e organizações financeiras. O ICBA atua na promoção da cooperação entre os bancos cooperativos dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Atualmente, o ICBA possui 55 membros espalhados pelo mundo.

OCA - Organização das Cooperativas da América - a Organização das Cooperativas da América (OCA) foi fundada como organismo de integração, representação e defesa do cooperativismo dos organismos dos países da América, em 1963, na cidade de Montevidéu, no Uruguai. A OCA, integrada por 20 países, mantém relações com movimentos cooperativistas e com organizações internacionais, sejam elas governamentais ou não. Tem como sede permanente a cidade de Bogotá, na Colômbia.

WOCCU (World Council of Credit Unions) - é o Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito. O WOCCU, sediado em Madison (Wisconsin, EUA), foi fundado em 1971 e possui membros e filiadas em 84 países ao redor do mundo. Entre seus membros, incluem-se entidades de representação de cooperativas de crédito de âmbito nacional e internacional e outras organizações de prestação de serviços. Juntas, elas representam mais de quarenta mil cooperativas de crédito, que servem a mais de 123 milhões de membros. O WOCCU representa as cooperativas de crédito em nível mundial, divulga matérias de interesse do cooperativismo de crédito, promove intercâmbio entre cooperativas de crédito, apoia a criação de entidades de representação de cooperativas de crédito, propõe modelos de legislação, normas, estatutos, regimentos, fiscalização interna (autogestão) e externa e fomenta o desenvolvimento de cooperativas de crédito, prestando serviços de assistência técnica, fornecendo ferramentas de gestão e análise de risco de crédito e implementando projetos de desenvolvimento.

COLAC – Confederação Latino-Americana de Cooperativas de Economia e Crédito. A COLAC é uma organização não governamental de representação das cooperativas de crédito, sediada na Cidade do Panamá (Panamá), que atua como coordenadora de uma rede de cooperativas de crédito na América Latina. Até 1984, o representante do Brasil na COLAC era a FELEME, que, com seu desmembramento, foi substituída pela Confefrás. A COLAC foi fundada em 28 de agosto de 1970 por meio de um acordo estabelecido entre os Conselhos de Administração das organizações nacionais de cooperativas de crédito dos seguintes países: Antilhas Holandesas, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana e Venezuela. Sua missão é proporcionar serviços especializados e complementares de intermediação financeira, apoio político e transferências de tecnologia a seus membros na América Latina, a fim de consolidar redes de organizações cooperativas eficientes, com o objetivo de fortalecer o crescimento econômico e social mediante participação.

ACCU - Association of Asian Confederation of Credit Unions - é a Confederação Asiática das Cooperativas de Crédito, integrada por 26 países asiáticos. Fundada em 28/04/1971 tem como visão Uniões de Crédito sustentáveis na Ásia, o qual trabalha em sociedade com seus sócios para fortalecer e promover uniões de crédito como instrumentos efetivos de desenvolvimento socio-econômico das pessoas.

EACB - European Association of Cooperative Banks - é a Associação Européia de Bancos Cooperativos, entidade filiada à ICBA, fundada em 1970 e com sede em Bruxelas. Representa, promove e defende os interesses comuns de suas 28 instituições de sócio e de bancos cooperativos. A missão é representar e promover os interesses de seus sócios e co-arterão aterra em geral.

1.8. PRINCIPAIS ENTIDADES COOPERATIVAS NO BRASIL:

ABCOOP - Aliança Brasileira de Cooperativas; UNASCO - União Nacional de Cooperativas. O Cooperativismo Brasileiro era representado por essas duas entidades: a Unasco, desde 1956, com sede no Rio de Janeiro, e a Abcoop, desde 1960, com sede em São Paulo. E, na época do regime militar brasileiro, as duas entidades de

representação nacional do Cooperativismo divergiam entre si: ABCOOP e a Unasco. A consequência mais direta era não ter suas necessidades atendidas pelo Estado. A grande força cooperativa na época estava no campo. E o governo via no setor o apoio necessário para realizar sua política econômica para a agrícola. Essa foi a percepção do então ministro da Agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima, que em 1967 solicitou ao secretário de Agricultura do Estado de São Paulo, Antônio José Rodrigues Filho, já uma liderança cooperativista, que promovesse a união de todo o movimento.

Em 2 de dezembro de 1969, foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo. A entidade veio substituir a ABCOOP e Unasco. A unificação foi uma decisão das próprias cooperativas. Em 8 de junho de 1970 a OCB foi registrada em cartório, ato que formalizou sua existência como entidade uma, representativa e defensora dos interesses do Cooperativismo brasileiro. A Assembleia Geral Extraordinária de 30 de junho de 1970 aprovou o Estatuto Social da OCB e empossou sua diretoria com mandato até 1973.

CNC - Conselho Nacional do Cooperativismo - orientação geral da política cooperativista nacional caberá ao Conselho Nacional de Cooperativismo, criado Junto ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e gozando de plena autonomia administrativa e financeira, composto de um Presidente e 6 (seis) membros Indicados pelos órgãos representados, a seguir discriminados: Gabinete do Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica; Banco Central da República do Brasil; Banco Nacional de Crédito Cooperativo; Banco Nacional da Habitação; Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário; Órgão superior do movimento cooperativista nacional, devidamente reconhecido pelo Governo.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras – foi criada 1969 e no ano seguinte, a entidade foi registrada em cartório. Nascia formalmente aquela que é a única representante e defensora dos interesses do cooperativismo nacional. É uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com neutralidade política e religiosa. A primeira década de existência foi marcada principalmente pelo trabalho de viabilizar o sistema cooperativista. Em 1988, filiou-se à Aliança Cooperativa Internacional (ACI). A partir daí, a entidade promoveu eventos internacionais e viabilizou trocas de experiências entre cooperativistas brasileiros e estrangeiros, fazendo com que o movimento nacional passasse a acompanhar, participar e ajudar a definir as diretrizes do Cooperativismo mundial.

OCE - Organização das Cooperativas do Estado - todos os estados brasileiros têm a sua OCE. Essa organização congrega e representa todos os ramos do cooperativismo no respectivo estado e presta serviços às filiadas, conforme o interesse e as necessidades das mesmas. As Organizações das Cooperativas de cada estado têm voto na eleição da Diretoria e Conselho Fiscal da OCB.

CONFEBRÁS – Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito – é a primeira confederação de cooperativas de crédito no Brasil, instituição não-financeira de representação política de suas filiadas.

CNAC - Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa. Instituição não-financeira, é uma entidade de auditoria cooperativa, constituída para exercer as funções a que se refere o art. 23, § 1º, da Resolução nº 3.442, de 2007.

UNICRED DO BRASIL - Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicreds. É o órgão de cúpula do sistema Unicred, autorizada a funcionar como instituição financeira.

CONFEDERAÇÃO SICREDI - Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi. Instituição não-financeira, é o órgão de cúpula do sistema Sicredi.

SICOOB BRASIL - Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. Instituição não-financeira, é o órgão de cúpula do sistema Sicoob.

CNCOOP - Confederação Nacional das Cooperativas - obteve registro sindical - 17/11/2010 - entidade sindical patronal de 3º grau, pessoa jurídica de direito privado – sem fins lucrativos, é a legítima representante da categoria econômica das cooperativas em todos os seus ramos de atividades. Possui abrangência e base territorial nacional e tem sede na capital federal. É regida pela legislação pertinente e por seu estatuto social, tendo como objetivo representar, na área de sua base territorial nacional, os interesses gerais da categoria econômica das cooperativas e de seus filiados, no âmbito administrativo, extrajudicial e judicial.

A Confederação foi constituída por três federações interestaduais (Federação dos Sindicatos e Organizações das Cooperativas dos Estados da Região Nordeste - FECOOP/NE; Federação dos Sindicatos das Cooperativas dos Estados de Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Santa Catarina - FECOOP/SULENE e a Federação dos Sindicatos das Cooperativas do Distrito Federal e dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins – FECOOP).

A concessão do registro foi uma conquista para o Sistema Confederativo de Representação Sindical das Cooperativas. Com o registro, continuará a exercer suas funções de coordenação da categoria econômica das cooperativas, bem como a de coordenação das federações.

CONFESOL - Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária - é entidade representante das Centrais Cresol (sul do país), Ecosol (abrangência nacional), Chehnor (sul do país), Integrar (Nordeste), Creditag (vários estados) e Ascoob (Bahia).

FENACRED - Federação Nacional das Cooperativas de Crédito Urbano - foi criada em 16 de agosto de 2000, fruto da ideia de algumas cooperativas que detectaram a necessidade de oferecer aos seus cooperados um modelo de cooperativa forte, embasado na eficiência de seus dirigentes e na eficácia dos produtos e serviços oferecidos, dentro de sua realidade econômico-financeiras. A FENACRED é uma instituição cooperativista de 2º grau, definida na Lei Cooperativista nº 5.764/71, congregando cooperativas de crédito singular em todo território nacional, com preponderância no Estado do Rio de Janeiro.

BANSICREDI – Banco Cooperativo Sicredi S/A - Em 16 de outubro 1995, autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional (Resolução nº 2.193/95) as cooperativas filiadas à Central Sicredi RS constituem o primeiro banco cooperativo privado brasileiro. Em 03 de junho 1996, iniciam-se as operações do Banco Cooperativo Sicredi. Em 13 de dezembro, as cooperativas do Paraná e do Rio Grande do Sul unem-se para fortalecer o Banco Cooperativo Sicredi, tornando-o, assim, um banco interestadual. Em

1999 o Banco Cooperativo Sicredi é autorizado a realizar operações de crédito rural com encargos equalizados pelo Tesouro Nacional. Em 30 de novembro 2000, o Conselho Monetário Nacional aprova a resolução nº 2788/00, facultando aos bancos cooperativos a transformarem-se em bancos múltiplos. Em 2001, o Banco concretiza sua participação na BC CARD - Administradora de Cartões dos Bancos Cooperativos Ltda.

BANCOOB – Banco Cooperativo do Brasil S/A - é um banco comercial privado especializado no atendimento a cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence a entidades filiadas ao Sicoob. Desde a sua constituição, em 1996, a instituição financeira vem construindo uma história baseada na gestão estratégica dos negócios e no trabalho integrado, com a finalidade de estimular o desenvolvimento do cooperativismo de crédito no País.

DENACOOP – Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC é o órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA que tem a atribuição de apoiar, fomentar e promover o cooperativismo e o associativismo rural brasileiros. Tem como objetivos, consolidar e fortalecer a atuação do sistema cooperativista em todos os seus ramos e do associativismo rural, participando dos processos de criação de trabalho e emprego, de produção de alimentos, de geração e distribuição de renda e da melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais e urbanas.

ANCOSOL - Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária – criado em junho de 2004 como forma de ampliar os poderes políticos e jurídicos, objetivando contribuir para a dinamização socioeconômica dos agricultores familiares, no combate à pobreza, à desigualdade social, propondo qualidade de vida e alternativas econômicas.

FRENCOOP – Frente Parlamentar do Cooperativismo dentro da Assembleia Legislativa Estadual. Este modelo existe no âmbito federal e em parceria com a OCB que faz o monitoramento, suporte e gestão de pronunciamentos parlamentares de interesse do setor.

RECOOP - Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária e SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - é integrante do Sistema Cooperativista Nacional. Foi criado pela Medida Provisória nº 1.715-2, de 29 de outubro de 1998, e suas reedições, regulamentado pelo Decreto nº 3.017, de 6 de abril de 1999. É uma instituição do Sistema “S” que veio somar à OCB com o viés da educação cooperativista. É responsável pelo ensino, formação, profissional, organização e promoção social dos trabalhadores, associados e funcionários das cooperativas brasileiras.

CAPÍTULO II

COM BASE NOS PRINCÍPIOS, NOS REGULAMENTOS, E NA LEGISLAÇÃO, COMO SE DIFERENCIA O CRÉDITO NO COOPERATIVISMO E O CRÉDITO NOS BANCOS.

2.1. PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS

Os sete princípios do cooperativismo foram aprovados e utilizados na época em que foi fundada a primeira cooperativa do mundo, na Inglaterra, em 1844. São eles:

1º - Adesão voluntária e livre - as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.

2º - Gestão democrática - as cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões.

3º - Participação econômica dos membros - os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades: desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos será, indivisível; benefícios aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; e apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.

4º - Autonomia e independência - as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.

5º - Educação, formação e informação - as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas.

6º - Intercooperação - as cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais - força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7º - Interesse pela comunidade - as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

2.3. REGULAMENTAÇÃO

Os regulamentos divide-se em 03 aspectos:

1 - Aspectos Societários das Cooperativas	2 - Aspectos Contábeis das Cooperativas	3 - Aspectos Tributários das Cooperativas
<ol style="list-style-type: none"> 1. Características gerais da sociedade cooperativa; 2. Classificação das cooperativas; 3. Formação do quadro social e associados; 4. Capital social; 5. Denominação social; 6. Administração; 7. Forma constitutiva; 8. Autorização para funcionamento; 9. Livros; 10. Sobras líquidas resultantes das operações; 11. Registro na OCB ou entidade estadual; 12. Dissolução e liquidação; 13. Procedimentos para a realização da assembleia geral de constituição da cooperativa; 14. Procedimentos para registro na junta comercial; 15. Publicação no diário oficial; 16. Edital de convocação 17. Ata para constituição de cooperativa; 18. Declaração de desimpedimento; 19. Participação em outras sociedades - permissão; 20. Cooperativas de trabalho; 21. Cooperativas sociais. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Formação do capital social; 2. Formação de reservas; 3. Resultados de atos não cooperativos - destinação ao F.A.T.E.S.; 4. Distribuição de sobras; 5. Absorção de prejuízos; 6. Utilização do fundo de assistência técnica, educacional e social (F.A.T.E.S.); 7. Forma de contabilização proposta de receitas, custos e despesas; 8. Segregação contábil das receitas e despesas de atos cooperativos e não cooperativos; 9. Segregação das receitas, despesas e custos correspondentes; 10. Contabilização de operações com associados. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Imposto de renda na fonte; 2. Retenção na nota fiscal das cooperativas de trabalho; 3. Pagamentos de rendimentos a associados; 4. IRRF sobre juros sobre capital; 5. INSS; 6. Recolhimento de 15% de INSS sobre a nota fiscal de cooperativa de trabalho; 7. Retenção do INSS e responsabilidade solidária na contratação de cooperativas de trabalho; 8. INSS sobre empregados, autônomos e dirigentes; 9. Contribuição ao SESCOOP; 10. INSS dos segurados individuais cooperados; 11. Compensação do INSS retido até 28.02.2000; 12. Vedação de opção pelo simples; 13. Imposto de renda - pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro; 14. Vedação de benefícios às quotas-partes e outros privilégios; 15. Sociedades cooperativas de consumo - tributação integral dos resultados; 16. Cooperativas de crédito - opção obrigatória pelo lucro real; 17. Proporcionalização da receita bruta para atribuição de despesas indiretas; 18. Apuração do resultado não tributável de atos não cooperativos; 19. Receitas financeiras, ganhos de capital, aluguéis recebidos e outros resultados não operacionais; 20. Declaração de rendimentos e aplicações em incentivos fiscais; 21. Adições e exclusões ao lucro real; 22. Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras; 23. Dedutibilidade dos juros sobre capital social;

		<ol style="list-style-type: none">24. Existência de prejuízo fiscal;25. Contribuição social sobre o lucro;26. Tributação de sobras distribuídas decorrentes de atos cooperativos;27. Distribuição de resultados decorrentes de atos não cooperativos;28. Planejamento tributário do IRPJ e CSLL;29. Contabilização de despesas diretas associadas a atos não cooperativos;30. Compensação do imposto de renda na fonte;31. Plano de alimentação ao trabalhador e aplicações em incentivos fiscais;32. Exclusões ao lucro real e á base de cálculo da contribuição social;33. Lucro presumido;34. ICMS;35. IPI;36. PIS;37. PIS sobre a folha de pagamento;38. Base de cálculo - do PIS folha de salários (1%);39. PIS sobre receita bruta;40. Conceito de receita bruta;41. Exclusões admitidas para cálculo do PIS e COFINS sobre receita bruta das cooperativas;42. Entrega de produção à cooperativa;43. Sociedade cooperativa de crédito;44. Isenções no PIS e COFINS;45. Isenções não alcançadas para o PIS e COFINS;46. Diferimento para fins de apuração da receita bruta;47. Variações cambiais ativas;48. Construção por empreitada ou fornecimento de bens ou serviços ao setor público;49. Repasse de valores a pessoa jurídica associada;50. Comercialização de produtos agropecuários à prazo51. COFINS;52. Empresas que participam de cooperativas de venda em comum - momento da apropriação da receita;53. ISS;54. Contribuição Sindical.
--	--	--

2.4. DIFERENÇA ENTRE O CRÉDITO COOPERATIVO E O BANCÁRIO

As cooperativas de crédito têm em comum com o sistema bancário tradicional apenas o nome de alguns produtos que oferecem e de alguns serviços que prestam, e fato de que são autorizadas e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil. Por tais razões, são tidas como instituições financeiras. Algumas dessas semelhanças serão observadas a seguir.

Produtos/Serviços semelhantes EM Bancos e Cooperativas de Crédito

Serviços/Produtos	Características
Conta Corrente	Serviço básico que dá direito a um cartão magnético que permite fazer saque, depósitos, retirar extratos, transferências e talão de cheques.
Cheque Especial	É um crédito pré-aprovado para que o cliente utilize após sua própria verba acabar. Tem limite estabelecido pela instituição.
Cartão de Débito	Função do cartão magnético que permite ao usuário realizar compras apenas com o cartão, descontando o valor direto de sua conta.
Cartões de Crédito	Função do cartão magnético que permite ao usuário realizar várias compras apenas com o cartão, porém será efetuado um pagamento único em data determinada. Tem limite estabelecido pela instituição.
Débito Automático	O cliente tem a opção de colocar suas contas para serem debitadas automaticamente no dia do seu vencimento, assim evita atrasos e possíveis transtornos.
DOC	Transferência interbancária, por norma do BACEN, o DOC deve ser inferior a cinco mil reais.
TED	Transferência interbancária, por norma do BACEN, a TED deve ser superior a cinco mil reais.
Conta Garantida	Destinado a pessoa física e jurídica, semelhante ao Cheque Especial.
Desconto de Recebíveis	Antecipa os valores de cheques pré-datados e/ou duplicatas em troca de pequena taxa de juros. Tem limite e taxa de juros estabelecidos pela instituição.
Seguro	Valor pago para assegurar algo ou alguém. Deve ser pago antecipadamente para o caso de ocorrer algum sinistro.

Emissão de Boletão	Clientes emitem boletões com a bandeira da instituição, como cobrança de suas vendas.
Empréstimos	Valor que o cliente retira para pagar em determinado prazo. Tem limite estabelecido pela instituição.
Financiamentos	Semelhante ao Empréstimo, mas está vinculado a compra de um bem ou serviço.
Investimentos	Valor aplicado com expectativa de lucro no futuro, porém há risco de perda.
Pagamentos	Qualquer tipo de pagamento feito na instituição.
Conta Salário	Conta destinada a pagamento de salário, não aceita nenhum outro tipo de depósito que não seja da empresa pagadora.
Crédito Rural	Pode ser solicitado apenas a produtores e para fins rurais.
Adiantamento a Depositantes	Crédito suplementar, que será descontado quando o próximo depósito for efetivado. Geralmente é feito com salários de funcionários com estabilidade.
Extrato	Detalhamento de todas as transações e movimentações feitas no período.

Apesar de terem serviços semelhantes, as cooperativas de crédito são totalmente diferentes das demais instituições financeiras, pois não visam lucro e suas sobras são divididas entre os associados da cooperativa. Além é claro, de buscar o desenvolvimento da comunidade onde atuam. Os bancos são sociedade de capital, enquanto às cooperativas de crédito são sociedades de pessoas. Nos bancos o poder é exercido na proporção dos números de ações, enquanto na cooperativa o que define o poder é o voto, e o mesmo têm peso igual para todos, ou seja, uma pessoa, um voto.

Quem administra os bancos são pessoas do mercado, ou seja, terceiros, já nas cooperativas o administrador é o próprio sócio, e do meio cooperativista. Além disso, o usuário ou associados das cooperativas podem participar de toda a política de decisão da mesma já que ele também é dono; enquanto nos bancos os usuários são meros clientes e não exercem qualquer influência na definição de preços dos produtos.

Adiante analisaremos uma comparação das tarifas utilizadas pelos bancos públicos, privados e às cooperativas de crédito do sistema Sicred. Por fim, será feita a análise dos dados e sua tabulação.

2.5. COMPARAÇÃO DAS TARIFAS ENTRE INSTITUIÇÕES BANCARIAS e COOPSERATIVAS DE CRÉDITO DO SISTEMA SICREDI

FEBRABAN - STAR - TABELA PADRONIZADA - SERVIÇOS PRIORITÁRIOS - TARIFAS VIGENTES EM 12/08/2013 14:00:23

Obs.: valores em reais (R\$)

		BB	BRADESCO	CAIXA	ITAÚ UNIBANCO	SICREDI
1 . CADASTRO						
1.0 - Tarifas sem subgrupo						
1.0.1	Confecção de cadastro para início de relacionamento					
	CADASTRO	0	30	30	30	60
2 . CONTA DE DEPÓSITOS						
2.1 - CARTÃO						
2.1.1	Fornecimento de 2ª via de cartão com função de débito					
	2ª VIA CARTÃO DÉBITO	5,4	5,3	5,35	5,4	8
2.1.2	Fornecimento de 2ª via de cartão com função de movimentação de conta de poupança					
	2ª via - CARTÃO POUPANÇA	5,4	5,3	5,35	5,4	8
2.2 - CHEQUE						
2.2.1	Exclusão do cadastro de emitentes de cheques sem fundos (CCF)					
	EXCLUSÃO CCF	29,18	41,15	28,5	38	25
2.2.2	Contra ordem (ou revogação) e oposição (ou sustação) ao pagamento de cheque					
	SUSTAÇÃO REVOGAÇÃO	10,8	10,7	10,35	10,75	12
2.2.3	Fornecimento de folhas de cheque					
	FOLHACHEQUE CHEQUE	1,1	1,15	1,05	1,2	1,5
2.2.4	Cheque administrativo					
	ADMINISTRATIVO	SND	24	21	21	20
2.2.5	Cheque visado					
	CHEQUE VISADO	SND	SND	SND	21	SND

2.3 - SAQUE

2.3.1 Saque de conta de depósitos a vista e de poupança

- Pessoal ou Presencial	SAQUE pessoal	2	2	2	2	3
- Terminal e caixa eletrônico	SAQUE terminal	1,2	1,7	1,15	1,2	2
- Correspondente bancário	SAQUE Correspondente	1,2	1,2	1,15	1,15	2

2.4 - DEPÓSITO

2.4.1 Depósito identificado

DEPOSITO identificado	2,7	3	0	3	1,5
--------------------------	-----	---	---	---	-----

2.5 - CONSULTA

2.5.1 Fornecimento de extrato mensal de conta de depósitos à vista e de poupança

- Presencial ou Pessoal	EXTRATO mês (P)	2	2,3	2	2,25	2
- Terminal de auto-atendimento e outros meios eletrônicos	EXTRATO mês(E)	1,4	2,2	1,35	1,4	1,5
- Correspondente Bancário	EXTRATO mês (C)	1,2	1,35	1,2	1,2	1,5

Fornecimento de extrato mensal de conta de depósitos à vista e de poupança

2.5.2 para um período

- Presencial ou Pessoal	EXTRATO movimento (P)	2	2,5	1,45	2,25	2
- Terminal de auto-atendimento e outros meios eletrônicos	EXTRATO movimento (E)	1,4	1,35	1,35	1,4	1,5
- Correspondente Bancário	EXTRATO movimento (C)	1,2	1,35	1,2	1,2	1,5

2.5.5 Fornecimento de cópia de microfilme, microficha ou assemelhado

MICROFILME	4,5	4,4	4,5	4,4	5
------------	-----	-----	-----	-----	---

3 . TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

3.0 - Tarifas sem subgrupo

3.0.1 Transferência por meio de DOC/TED

- Presencial ou Pessoal	DOC/TED pessoal	13,2	13,15	12,85	13,3	14
- Terminal de auto-atendimento e outros meios eletrônicos	DOC/TED eletrônico	7,4	7,35	6,5	7,4	8
- Internet	DOC/TED internet	7,4	7,35	6,5	7,4	8

3.0.2 Transferência agendada por meio de DOC/TED

- Presencial ou Pessoal	DOC/TED Agendado(P)	SND	13,15	SND	13,3	14
- Terminal de auto-atendimento e outros meios eletrônicos	DOC/TED agendado (E)	SND	7,35	6,5	7,4	8
- Internet	DOC/TED agendado (I)	SND	7,35	6,5	7,4	8

3.0.3 Transferência entre contas na própria instituição

- Presencial ou Pessoal	TRANSF.RECURSOS (P)	1	1	1	1,1	1,5
- Terminal de auto atendimento e outros meios eletrônicos, bem como Internet	TRANSF.RECURSO (E/I)	0,9	1	0,9	0,8	1

3.0.4 Ordem de pagamento

	ORDEM PAGAMENTO	24,8	SND	23,8	24,7	15
--	--------------------	------	-----	------	------	----

4 . OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

4.0 - Tarifas sem subgrupo

4.0.1 Concessão de adiantamento a depositante

ADIANT. DEPOSITANTE	38,2	43,9	38,2	44	30
------------------------	------	------	------	----	----

5 . CARTÕES DE CRÉDITO

5.1 - Anuidade - Cartão Básico

5.1.1 Nacional

Anuidade do Cartão Básico	45	42	45	52	48
------------------------------	----	----	----	----	----

5.1.2 Internacional

Anuidade/Nacional					88
-------------------	--	--	--	--	----

5.2 - Fornecimento de 2ª via de cartão com função crédito

5.2.1 2ª Via Cartão de Crédito

2ª via- CARTÃO CRÉDITO	5	7,9	5	9	15
---------------------------	---	-----	---	---	----

5.3 - Utilização de canais de atendimento para retirada em espécie

5.3.1 No País

RETIRADA-País	6,5	7,9	5	5	10
---------------	-----	-----	---	---	----

5.3.2 No exterior

RETIRADA_Exterior	12	12		20	8
-------------------	----	----	--	----	---

5.4 - Pagamento de contas utilizando a função crédito

5.4.1 Pagamento de Contas com Cartão de Crédito

PAGAMENTO CON TAS	3	15	7,5	0	
----------------------	---	----	-----	---	--

5.5 - Avaliação Emergencial de Crédito

5.5.1 Avaliação Emergencial de Crédito

AVAL. EMERG CRÉDITO	15	18	15	17,9	
------------------------	----	----	----	------	--

6 . OPERAÇÃO DE CAMBIO MANUAL PARA COMPRA OU VENDA DE MOEDA ESTRANGEIRA

6.1 - Venda de Moeda Estrangeira

6.1.1	Espécie	VENDACÂMBIOespécie	60	60	20	30	750
6.1.2	Cheque de Viagem	VENDACÂMBIOcheque	40	25		30	
6.1.3	Cartão pré-pago - Emissão e Carga	VENDACÂMBIOpré-pagoemi	40	25		30	
6.1.4	Cartão pré-pago - Recarga	VENDACÂMBIOpré-pagorec	40	25		30	

6.2 - Compra de Moeda Estrangeira

6.2.1	Espécie	COMPRACÂMBIOespécie	60	60	20	30	0
6.2.2	Cheque de Viagem	COMPRACÂMBIOcheque	40	25		30	
6.2.3	Cartão pré-pago	COMPRACÂMBIOpré-pago	40	25		30	

2.6. LEVANTAMENTO E TABULAÇÃO DOS DADOS

A coleta dos dados foi feita através de pesquisa eletrônica e através dos sites relacionados ao sistema financeiro. Os documentos analisados se originam do site da FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos, associação civil, sem fins lucrativos, que congrega instituições financeiras bancárias com atuação no território nacional. Além do site do BACEN – Banco Central do Brasil e o Portal do Cooperativismo de Crédito.

Os dados foram colhidos entre os períodos do mês de maio a agosto de 2013. A FEBRABAN disponibiliza as taxas de serviços prioritários de todas as instituições vinculadas a ela. A partir dessas informações foi realizada uma análise comparativa das taxas praticadas em cinco instituições dentre as quais, duas eram privadas, outras duas públicas e uma cooperativa de crédito.

O estudo teve uma amostra de 05 instituições: Bradesco, Itaú, Caixa, Banco do Brasil e Sistema Sicredi. Foi realizado um comparativo das tarifas de serviços prioritários: cadastro, conta de depósitos, transferências de recursos, operações de crédito e de arrendamento mercantil, cartões de crédito e por fim operações de câmbio manual para compra ou venda de moeda estrangeira. O objetivo é verificar se a cooperativa de crédito do sistema Sicredi, possui tarifas mais baixas que representam um diferencial em relação às demais instituições financeiras pesquisadas. Inicialmente foi verificado sobre o cadastro, dando um enfoque e em sua confecção para início de relacionamento. A tabela I mostra as taxas cobradas pelas instituições pesquisadas.

Tabela I - Tarifa de confecção de cadastro para início de relacionamento

TARIFA CONFECÇÃO DE CADASTRO PARA INÍCIO DE RELACIONAMENTO	
BANCOS E FINANCEIRAS	EM R\$
Bradesco	30,00
Sicredi	60,00
BANCO DO BRASIL	0,00
CAIXA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	30,00
Banco Itaú S.A.	30,00

Vigente em 13/08/2013 23:38:02
Fonte: Instituições financeiras
SND: Serviço Não Disponível

A partir dessa análise, pode-se verificar que dentre as cinco instituições pesquisadas, somente o banco do Brasil não cobra nada por esse serviço. As demais

instituições cobram taxas de início de relacionamento, dessa forma, no quesito confecção de cadastro, o Sistema Sicredi iguala-se com as demais instituições. Além de ter o serviço mais caro entre todas as instituições pesquisadas.

Em relação à conta de depósitos, foram analisados os seguintes itens: Cartão, Cheque, Saque, Depósito e Consulta. A tabela II relata as taxas cobradas por cada instituição pesquisada em relação ao serviço de fornecimento de 2º via cartão com função de débito.

Tabela II - Tarifa de fornecimento de 2º via de cartão com função de débito

TARIFA FORNECIMENTO DE 2ª VIA DE CARTÃO COM FUNÇÃO DE DÉBITO	
BANCOS E FINANCEIRAS	EM R.\$
Bradesco	5,30
Sicredi	8,00
BANCO DO BRASIL	5,40
CAIXA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	5,35
Banco Itaú S.A.	5,40

Vigente em 13/08/2013 23:40:30
 Fonte: Instituições financeiras
 SND: Serviço Não Disponível

A partir dessa análise, pode-se verificar que todas as cinco instituições pesquisadas cobram para fornecer esse tipo de serviço. E o valor varia entre R\$ 5,35 a R\$ 8,00. O Sistema Sicredi ficou atrás entre as demais instituições com uma diferença bem significativa. Ainda em relação ao serviço de cartão, foram analisadas as taxas cobradas para o fornecimento de 2º via de cartão com função de movimentação de conta de poupança. A tabela III revela as tarifas praticadas pelas instituições neste tipo de serviço.

Tabela III - Tarifa de fornecimento de 2º via de cartão com função de movimentação de conta de poupança.

TARIFA FORNECIMENTO DE 2ª VIA DE CARTÃO COM FUNÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO DE CONTA DE POUPANÇA	
BANCOS E FINANCEIRAS	EM R\$
Bradesco	5,30
Sicredi	8,00
BANCO DO BRASIL	5,40
CAIXA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	5,35
Banco Itaú S.A.	5,40

Vigente em 13/08/2013 23:42:51
Fonte: Instituições financeiras
SND: Serviço Não Disponível

Nota-se então que as taxas cobradas pelas instituições variam apenas de R\$ 0,05 a R\$ 0,10, e que somente Sistema Sicredi cobra o valor mais alto por esse tipo de serviço. A seguir foram analisados dados em relação ao serviço de cheque. A tabela IV retrata as taxas cobradas em relação à exclusão do cadastro de emitentes de cheque sem fundos.

Tabela IV - Tarifa de exclusão do cadastro de emitentes de cheques sem fundos (CCF)

TARIFA EXCLUSÃO DO CADASTRO DE EMITENTES DE CHEQUES SEM FUNDOS (CCF)	
BANCOS E FINANCEIRAS	EM R\$
Bradesco	41,15
Sicredi	25,00
BANCO DO BRASIL	29,18
CAIXA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	28,50
Banco Itaú S.A.	38,00

Vigente em 13/08/2013 23:44:16
Fonte: Instituições financeiras
SND: Serviço Não Disponível

Percebe-se então que o valor cobrado em relação a essa tarifa varia entre R\$ 25,00 e R\$ 41,15, sendo que Sistema Sicredi possuem a menor tarifa e o Bradesco

possui a tarifa mais cara. Diferença de R\$ 16,15. Porém se for verificada de forma em percentual, nota-se que essa diferença chega a ser 64,5% (cento e quatro inteiros e cinco décimos por cento) a mais em relação ao sistema Sicredi com a menor taxa. Ainda seguindo pelo serviço de cheque, foi analisada a tarifa cobrada para revogação e sustação ao pagamento de cheque. A tabela VI mostra os valores cobrados por cada instituição neste tipo de tarifa.

Tabela V - Tarifa contra ordem(ou revogação) e oposição (ou sustação) ao pagamento de cheque

The screenshot shows the FEBRABAN website interface. At the top, there are logos for STAR and FEBRABAN, along with navigation links for HOME and CONTATO. Below the navigation bar, there are three main steps: 1 SELECIONAR INSTITUIÇÃO, 2 SELECIONAR TARIFA, and 3 RESULTADO COMPARATIVO. The current step is 2, SELECIONAR TARIFA. The interface displays a dropdown menu for selecting the account type (CONTA DE DEPÓSITOS, CHEQUE, Contra ordem (ou revogação) e oposição (ou sustação) ao pagam, Bancos e Financeiras) and a button for IMPRIMIR | EM US\$. The main content area shows a table of fees for 'TARIFA CONTRA ORDEM (OU REVOGAÇÃO) E OPOSIÇÃO (OU SUSTAÇÃO) AO PAGAMENTO DE CHEQUE' under the category 'BANCOS E FINANCEIRAS'. The table lists five institutions with their respective fees in R\$.

BANCOS E FINANCEIRAS	EM R\$
Bradesco	10,70
Sicredi	12,00
BANCO DO BRASIL	10,80
CAIXA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	10,35
Itaú Banco Itaú S.A.	10,75

Vigente em 13/08/2013 23:45:29
 Fonte: Instituições financeiras
 SND: Serviço Não Disponível

Em relação à tarifa de revogação e sustação ao pagamento de cheque, há uma variação de valores de R\$ 10,35 a R\$ 12,00. Comparando esses valores com a cooperativa de crédito do sistema Sicredi, nota-se que a mesma possui a maior taxa dentre as instituições pesquisadas. Ainda no serviço de cheque, foi analisada a tarifa cobrada para o fornecimento de folhas de cheque além das 10 permitidas, a tabela VI mostra os valores cobrados nesta tarifa.

Tabela VI - Tarifa fornecimento de folhas de cheques

TARIFA FORNECIMENTO DE FOLHAS DE CHEQUE	
BANCOS E FINANCEIRAS	EM R\$
Bradesco	1,15
Sicredi	1,50
BANCO DO BRASIL	1,10
CAIXA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	1,05
Itaú Banco Itaú S.A.	1,20

Vigente em 13/08/2013 23:46:51
Fonte: Instituições financeiras
SND: Serviço Não Disponível

Na tarifa de fornecimento de folhas de cheque pode ser verificado que os valores cobrados pelas instituições pesquisadas variam entre R\$ 1,05 e R\$ 1,50. E, que o Sistema Sicredi possui a maior tarifa dentre as instituições pesquisadas. Nesta análise percebe-se uma diferença de 42,86% (quarenta e dois inteiros e oitenta e seis centésimos por cento) se comparado instituição que cobra a menor tarifa. Ainda vale ressaltar que esta tarifa é cobrada por uma unidade de folha.

Em relação à tarifa de cheque administrativo – cheque emitido pelo próprio banco, que garante o seu pagamento, geralmente é utilizado quando alguém precisa de uma certeza de fundos numa negociação que está sendo feita. Não é preciso ter conta no banco para obter um cheque administrativo, mas o serviço não é de graça. A tabela VII mostra o valor cobrado em cada instituição pesquisada para esse tipo de serviço.

Tabela VII - Tarifa cheque administrativo

TARIFA CHEQUE ADMINISTRATIVO	
BANCOS E FINANCEIRAS	EM R\$
Bradesco	24,00
Sicredi	20,00
BANCO DO BRASIL	SND
CAIXA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	21,00
Itaú Banco Itaú S.A.	21,00

Vigente em 13/08/2013 23:34:52
Fonte: Instituições financeiras
SND: Serviço Não Disponível

Na tarifa de cheque administrativo pode-se verificar que dentre as instituições pesquisadas somente o Banco do Brasil não consta com o serviço disponível. Dentre as instituições pesquisadas que cobram por esse tipo de serviço, o Bradesco, possui a maior tarifa, diferença de até 20% (vinte por cento), a mais do que a instituição que possui a menor, Sistema Sicredi. A tabela VIII mostra os valores cobrados em relação à tarifa de cheque de transferência bancária (cheque visado) nas instituições pesquisadas. Esse tipo de tarifa também é cobrado por folha de cheque ou unidade.

Tabela VIII - Tarifa cheque de transferência bancária

The screenshot shows the FEBRABAN website interface. At the top, there are logos for STAR and FEBRABAN, along with navigation links for HOME and CONTATO. Below the navigation bar, there are three main steps: 1. SELECIONAR INSTITUIÇÃO, 2. SELECIONAR TARIFA, and 3. RESULTADO COMPARATIVO. The current step is 3, RESULTADO COMPARATIVO. On the left, there are dropdown menus for 'CONTA DE DEPÓSITOS', 'CHEQUE', 'Cheque visado', and 'Bancos e Financeiras'. On the right, there are links for 'IMPRIMIR' and 'EM.USS'. The main content area displays a table titled 'TARIFA CHEQUE VISADO' under the heading 'BANCOS E FINANCEIRAS'. The table has two columns: the bank name and the fee in 'EM R\$'. The banks listed are Bradesco, Sicredi, Banco do Brasil, Caixa, and Banco Itaú S.A. The fees for Bradesco, Sicredi, Banco do Brasil, and Caixa are all 'SND' (Serviço Não Disponível). The fee for Banco Itaú S.A. is '21,00'. At the bottom of the table, there is a note: 'Vigente em 13/08/2013 23:50:05', 'Fonte: Instituições financeiras', and 'SND: Serviço Não Disponível'.

BANCOS E FINANCEIRAS	EM R\$
Bradesco	SND
Sicredi	SND
BANCO DO BRASIL	SND
CAIXA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SND
Banco Itaú S.A.	21,00

Vigente em 13/08/2013 23:50:05
 Fonte: Instituições financeiras
 SND: Serviço Não Disponível

No que se refere à cobrança de transferência bancária (cheque visado), nota-se que apenas uma instituição cobra por esse tipo de serviço. As demais instituições o serviço consta indisponível. Em relação ao serviço de Saque, foram analisadas as seguintes tarifas: Pessoal ou Presencial, ou seja, a pessoa realizar o saque dentro da sua própria agência no guichê do caixa além do número de saques permitidos gratuitamente por mês. Terminal e Caixa eletrônico, a pessoa realizar saques através de terminas dentro de sua agência ou em outras agências do mesmo banco, além do número de saques permitidos gratuitamente por mês. Correspondente bancário – qualquer empresa que entre a suas atividades atue também como agente intermediário entre os bancos e instituições financeiras autorizadas a operarem pelo Banco Central e seus clientes finais. A tabela IX mostra os valores cobrados pelas instituições pesquisadas para cada tipo de serviço em relação ao saque de conta de depósito a vista e de poupança.

Tabela IX - Tarifa saque de conta de depósito a vista e de poupança

TARIFA SAQUE DE CONTA DE DEPÓSITOS A VISTA E DE POUPANÇA

BANCOS E FINANCEIRAS	Pessoal ou Presencial EM R\$	Terminal e caixa eletrônico EM R\$	Correspondente bancário EM R\$
Bradesco	2,00	1,70	1,20
Sicredi	3,00	2,00	2,00
BANCO DO BRASIL	2,00	1,20	1,20
CAIXA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	2,00	1,15	1,15
Banco Itaú S.A.	2,00	1,20	SND

Vigente em 13/08/2013 23:52:22
Fonte: Instituições financeiras
SND: Serviço Não Disponível

Neste item de análise, pode-se verificar que em relação ao saque pessoal ou presencial, terminal e caixa eletrônico; além do correspondente bancário. Verificamos que somente o itaú não disponibiliza o serviço em seus correspondentes bancário. Dentre as demais instituições que cobram por esse serviço o Sistema Sicredi é o que mais caro. A seguir, serão analisadas as tarifas referente ao serviço de depósito identificado. A tabela X mostra os valores cobrados pelas instituições pesquisadas em relação ao depósito identificado.

Tabela X - Tarifa depósito identificado

TARIFA DEPÓSITO IDENTIFICADO

BANCOS E FINANCEIRAS	EM R\$
Bradesco	3,00
Sicredi	1,50
BANCO DO BRASIL	2,70
CAIXA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	0,00
Banco Itaú S.A.	3,00

Vigente em 13/08/2013 23:53:45
Fonte: Instituições financeiras
SND: Serviço Não Disponível

Verifica-se que a única instituição a não cobrar pelo serviço é a Caixa Econômica Federal. E, a tarifa mais baixa está sendo cobrada pelo Sistema Sicredi. A tabela XI a seguir será analisada a tarifa de fornecimento de extrato mensal de conta de depósito à vista e de poupança para um período.

Tabela XI - Tarifa de fornecimento de extrato mensal de conta de depósito à vista e de poupança

TARIFA FORNECIMENTO DE EXTRATO MENSAL DE CONTA DE DEPÓSITOS À VISTA E DE POUPANÇA			
BANCOS E FINANCEIRAS	Presencial ou Pessoal EM R\$	Terminal de auto-atendimento e outros meios eletrônicos EM R\$	Correspondente Bancário EM R\$
Bradesco	2,30	2,20	1,35
Sicredi	2,00	1,50	1,50
BANCO DO BRASIL	2,00	1,40	1,20
CAIXA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	2,00	1,35	1,20
Banco Itaú S.A.	2,25	1,40	SND

Vigente em 13/08/2013 23:54:41
Fonte: Instituições financeiras
SND: Serviço Não Disponível

A partir desta análise, pode-se verificar que dentre as instituições pesquisadas existe uma variação de valores entre R\$ 2,00 a R\$ 2,30 quando se tratado de utilização do serviço pessoal ou presencial. Na utilização do serviço através de terminal e caixa eletrônico os valores passam a variar de R\$ 1,35 a R\$ 2,20. Em relação ao correspondente bancário apenas o banco Itaú não disponibiliza o serviço. A tabela XII a seguir será analisada a tarifa de fornecimento de extrato mensal de conta de depósito à vista e de poupança para um período.

Tabela XII - Tarifa de fornecimento de extrato mensal de conta de depósito à vista e de poupança para um período

The screenshot shows the FEBRABAN website interface. At the top, there are logos for STAR and FEBRABAN, along with navigation links like 'HOME | CONTATO' and several icons. Below the navigation, there are three main steps: 1. SELECIONAR INSTITUIÇÃO, 2. SELECIONAR TARIFA, and 3. RESULTADO COMPARATIVO. The current step is 3. A search bar contains 'CONTA DE DEPÓSITOS', 'CONSULTA', and 'Fornecimento de extrato mensal de conta de depósitos à vista e d Bancos e Financeiras'. There are links for 'IMPRIMIR' and 'EM US\$'. The main table is titled 'TARIFA FORNECIMENTO DE EXTRATO MENSAL DE CONTA DE DEPÓSITOS À VISTA E DE POUPANÇA PARA UM PERÍODO'. The table has four columns: 'BANCOS E FINANCEIRAS', 'Presencial ou Pessoal EM R\$', 'Terminal de auto-atendimento e outros meios eletrônicos EM R\$', and 'Correspondente Bancário EM R\$'. The data rows are for Bradesco, Sicredi, Banco do Brasil, Caixa, and Itaú. At the bottom, there is a note: 'Vigente em 13/08/2013 23:55:38', 'Fonte: Instituições financeiras', and 'SND: Serviço Não Disponível'.

BANCOS E FINANCEIRAS	Presencial ou Pessoal EM R\$	Terminal de auto- atendimento e outros meios eletrônicos EM R\$	Correspondente Bancário EM R\$
Bradesco	2,50	1,35	1,35
Sicredi	2,00	1,50	1,50
BANCO DO BRASIL	2,00	1,40	1,20
CAIXA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	1,45	1,35	1,20
Itaú Banco Itaú S.A.	2,25	1,40	SND

Vigente em 13/08/2013 23:55:38
Fonte: Instituições financeiras
SND: Serviço Não Disponível

A partir desta análise, pode-se verificar que dentre as instituições pesquisadas existe uma variação de valores entre R\$ 1,45 a R\$ 2,50 quando se trata da utilização de serviço pessoal ou presencial. Na utilização do serviço mediante terminal de autoatendimento e outros meios eletrônicos os valores variam de R\$ 1,35 a R\$ 1,50.

Em relação ao correspondente bancário apenas o banco Itaú não disponibiliza o serviço. A tabela XIII a seguir será analisada a tarifa de fornecimento de cópia de microfilme, microficha ou assemelhado.

Tabela XIII - Tarifa de fornecimento de cópia de microfilme, microficha ou assemelhado.

TARIFA FORNECIMENTO DE CÓPIA DE MICROFILME, MICROFICHA OU ASSEMBLHADO

BANCOS E FINANCEIRAS

	EM R\$
Bradesco	4,40
Sicredi	5,00
BANCO DO BRASIL	4,50
CAIXA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	4,50
Banco Itaú S.A.	4,40

Vigente em 13/08/2013 23:56:26
Fonte: Instituições financeiras
SND: Serviço Não Disponível

Na tarifa de fornecimento de cópia de microfilme, microficha ou assemelhado pode ser verificado que os valores cobrados pelas instituições pesquisadas variam entre R\$ 4,40 a R\$ 5,00. E, que o Sistema Sicredi possui a maior tarifa dentre as instituições pesquisadas. Nesta análise percebe-se uma diferença de 13,7% (treze inteiros e sete décimo por cento) se comparado instituição que cobra a menor tarifa. Ainda vale ressaltar que esta tarifa é cobrada por uma unidade de folha. A tabela XIV a seguir será analisada a tarifa de fornecimento Transferência por meio de DOC /TED.

Tabela XIV - Tarifa de fornecimento Transferência por meio de DOC /TED.

TARIFA TRANSFERÊNCIA POR MEIO DE DOC/TED

BANCOS E FINANCEIRAS

	Presencial ou Pessoal EM R\$	Terminal de auto- atendimento e outros meios eletrônicos EM R\$	Internet EM R\$
Bradesco	13,15	7,35	7,35
Sicredi	14,00	8,00	8,00
BANCO DO BRASIL	13,20	7,40	7,40
CAIXA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	12,85	6,50	6,50
Banco Itaú S.A.	13,30	7,40	7,40

Vigente em 13/08/2013 23:57:43
Fonte: Instituições financeiras
SND: Serviço Não Disponível

Verifica-se então, que dentre as instituições pesquisadas, as de caráter público, Banco do Brasil e Caixa, são as que cobram mas barato por esse serviço. Em relação à tarifa de transferência entre contas na própria instituição, foram analisados os serviços por meio pessoal ou presencial, por Terminal de auto-atendimento e outros meios eletrônicos, bem como internet. A tabela XV mostra os valores cobrados em relação a transferência agendada por meio de DOC/TED.

Tabela XV - Valores cobrados em relação a transferência agendada por meio de DOC/TED.

The screenshot shows the FEBRABAN website interface. At the top, there are logos for STAR and FEBRABAN, along with navigation links like HOME | CONTATO and several utility icons. Below the navigation bar, there are three main steps: 1 SELECIONAR INSTITUIÇÃO, 2 SELECIONAR TARIFA, and 3 RESULTADO COMPARATIVO. The current view is the comparison table for 'TARIFA TRANSFERÊNCIA AGENDADA POR MEIO DE DOC/TED'. The table has four columns: Institution, 'Presencial ou Pessoal EM R\$', 'Terminal de auto-atendimento e outros meios eletrônicos EM R\$', and 'Internet EM R\$'. The data rows are for Bradesco, Sicredi, Banco do Brasil, Caixa, and Itaú. Bradesco has fees of 13,15, 7,35, and 7,35. Sicredi has 14,00, 8,00, and 8,00. Banco do Brasil has 'SND' for all three. Caixa has 'SND', 6,50, and 6,50. Itaú has 13,30, 7,40, and 7,40. A footer note states the data is from 13/08/2013 and 'SND' means 'Serviço Não Disponível'.

	Presencial ou Pessoal EM R\$	Terminal de auto- atendimento e outros meios eletrônicos EM R\$	Internet EM R\$
Bradesco	13,15	7,35	7,35
Sicredi	14,00	8,00	8,00
BANCO DO BRASIL	SND	SND	SND
CAIXA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SND	6,50	6,50
Itaú Banco Itaú S.A.	13,30	7,40	7,40

Vigente em 13/08/2013 23:58:32
Fonte: Instituições financeiras
SND: Serviço Não Disponível

Neste item, verifica-se que o Banco do Brasil não oferecem esse tipo de serviço e a Caixa oferece, mas não presencialmente, apenas por via de auto-atendimento ou internet. Realizando uma média das três colunas, observamos que o sistema Sicred encontra-se 17,5% (dezesete inteiros e cinco décimos por cento) mais caras em relação as demais instituições. A tabela XVII será analisada a tarifa de Transferência entre Contas na Própria Instituição.

A Tabela XVI - Tarifa de Transferência entre Contas na Própria Instituição.

BANCOS E FINANCEIRAS		Presencial ou Pessoal EM R\$	Terminal de auto atendimento e outros meios eletrônicos, bem como Internet EM R\$
	Bradesco	1,00	1,00
	Sicredi	1,50	1,00
	BANCO DO BRASIL	1,00	0,90
	CAIXA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	1,00	0,90
	Itaú Banco Itaú S.A.	1,10	0,80

Vigente em 13/08/2013 23:59:21
Fonte: Instituições financeiras
SND: Serviço Não Disponível

No que se refere à tarifa de transferência entre contas na própria instituição, somente percebe-se uma alteração de até 50% entre o sistema Sicred e as demais instituições. Na operação de auto-atendimento a diferença de no máximo 20% em relação as demais instituições. A tabela XVII será analisada a tarifa de Ordem de Pagamento.

Tabela XVII - Tarifa de Ordem de Pagamento.

BANCOS E FINANCEIRAS		EM R\$
	Bradesco	SND
	Sicredi	15,00
	BANCO DO BRASIL	24,80
	CAIXA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	23,80
	Itaú Banco Itaú S.A.	24,70

Vigente em 14/08/2013 00:00:27
Fonte: Instituições financeiras
SND: Serviço Não Disponível

Verificamos que o Bradesco é o único banco que não tem esse serviço disponível. Podemos perceber também que o Sistema Sicredi, neste caso, é 65,4% mais barato do que as demais instituições, inclusive os dos bancos públicos. A tabela XVIII a seguir será analisada a tarifa de Concessão de Adiantamento a Depositante.

Tabela XVIII - Tarifa de Concessão de Adiantamento a Depositante

The screenshot shows the FEBRABAN website interface. At the top, there are logos for STAR, FEBRABAN, and navigation links for HOME and CONTATO. Below the navigation bar, there are three steps: 1 SELECIONAR INSTITUIÇÃO, 2 SELECIONAR TARIFA, and 3 RESULTADO COMPARATIVO. The selected institution is 'Bancos e Financeiras' and the selected operation is 'Concessão de adiantamento a depositante'. The main table displays the following data:

BANCOS E FINANCEIRAS	EM R\$
Bradesco	43,90
SICREDI	30,00
BANCO DO BRASIL	38,20
CAIXA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	38,20
Itaú Banco Itaú S.A.	44,00

At the bottom of the table, there is a note: 'Vigente em 14/08/2013 00:01:20', 'Fonte: Instituições financeiras', and 'SND: Serviço Não Disponível'.

Neste caso foram analisados as tarifas cobradas para concessão de adiantamento à depositante. Esses serviços são utilizados para levantamento de informações, avaliação de viabilidade e de risco para a concessão de crédito, cobertura de saldo devedor em conta corrente de depósitos à vista e de excesso sobre o limite previamente pactuados de cheque especial. Observamos que o Sistema Sicredi é 46,7% mais barato que as demais instituições. A tabela XIX será analisada a anuidade do Cartão de Crédito Básico a nível Nacional.

Tabela XIX - Análise da anuidade do Cartão de Crédito Básico a nível Nacional

TARIFA NACIONAL	
BANCOS E FINANCEIRAS	EM R\$
Bradesco	42,00
Sicredi	48,00
BANCO DO BRASIL	45,00
CAIXA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	45,00
Banco Itaú S.A.	52,00

Vigente em 14/08/2013 00:03:09
Fonte: Instituições financeiras
SND: Serviço Não Disponível

A tarifa analisada foi referente a Anuidade Cartão Básico no âmbito Nacional, na aba de Cartões de Crédito. Observamos que dentre as instituições a menor tarifa em relação a maior é de 23,81% (vinte e três por cento e oitenta e um centésimo). A tabela XX será analisada a utilização de canais de atendimento para retirada em espécie no exterior, através do cartão de crédito.

Tabela XX - Análise da utilização de canais de atendimento para retirada em espécie no exterior, através do cartão de crédito

TARIFA NO EXTERIOR	
BANCOS E FINANCEIRAS	EM R\$
Bradesco	12,00
Sicredi	8,00
BANCO DO BRASIL	12,00
CAIXA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SND
Banco Itaú S.A.	20,00

Vigente em 14/08/2013 00:04:26
Fonte: Instituições financeiras
SND: Serviço Não Disponível

A princípio verificamos que um dos bancos públicos o serviço está indisponível. E, em relação aos demais bancos a diferença para o sistema sicred é de 150% a menor. Neste item, a diferença é realmente é severa. Na tabela XXI analisaremos os pagamentos de contas utilizando a função crédito do cartão de crédito.

Tabela XXI - Pagamentos de contas utilizando a função crédito do cartão de crédito

BANCOS E FINANCEIRAS	EM R\$
Bradesco	15,00
Sicredi	SND
BANCO DO BRASIL	3,00
CAIXA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	7,50
Banco Itau S.A.	0,00

Vigente em 14/08/2013 00:05:18
Fonte: Instituições financeiras
SND: Serviço Não Disponível

Verificamos que o sistema Sicredi o serviço está indisponível e uma das instituições privadas não cobra por esse tipo de serviço. As demais instituições a diferença chega a 400%. A diferença de uma instituição para outra é realmente absurda, em alguns casos. A tabela XXII analisará a avaliação Emergencial de Crédito no Cartão de Crédito.

Tabela XXII - Avaliação Emergencial de Crédito no Cartão de Crédito.

BANCOS E FINANCEIRAS	EM R\$
Bradesco	18,00
Sicredi	SND
BANCO DO BRASIL	15,00
CAIXA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	15,00
Banco Itau S.A.	17,90

Vigente em 14/08/2013 00:06:17
Fonte: Instituições financeiras
SND: Serviço Não Disponível

Nesta tabela observamos que o Sistema Sicredi não disponibiliza este serviço e as demais instituições a diferença chega a ser de 20%. Diferença mínima, se levarmos em consideração as duas últimas tabelas. A tabela XXIII trabalharemos a questão da Operação Cambial Manual para Compra ou Venda de Moeda – Venda de Moeda Estrangeira - Espécie.

Tabela XXIII - Operação Cambial Manual para Compra ou Venda de Moeda - Venda de Moeda Estrangeira – Espécie

The screenshot shows the FEBRABAN website interface. At the top, there are logos for STAR and FEBRABAN, along with navigation links for HOME and CONTATO. Below the navigation bar, there are three steps: 1. SELECIONAR INSTITUIÇÃO, 2. SELECIONAR TARIFA, and 3. RESULTADO COMPARATIVO. The current step is 3. The main content area displays a table of exchange rates for 'Venda de Moeda Estrangeira' (Foreign Currency Sale) under the 'Espécie' (Type) of 'Bancos e Financeiras' (Banks and Financials). The table lists five institutions with their respective exchange rates in R\$: Bradesco (60,00), Sicredi (750,00), Banco do Brasil (60,00), Caixa (20,00), and Banco Itaú S.A. (30,00). The table is titled 'TARIFA ESPÉCIE' and 'BANCOS E FINANCEIRAS'. There are also links for 'IMPRIMIR' (Print) and 'EM US\$' (In US\$).

INSTITUIÇÃO	EM R\$
Bradesco	60,00
Sicredi	750,00
BANCO DO BRASIL	60,00
CAIXA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	20,00
Banco Itaú S.A.	30,00

Vigente em 14/08/2013 00:07:07
 Fonte: Instituições financeiras
 SND: Serviço Não Disponível

Neste item o Sistema Sicredi supera todas às instituições em cobrar o percentual mais alto, chega a 3.650% em relação ao banco público. Realmente, neste caso, observamos que não tem explicação para diferença ser tão absurda. Levando em consideração um banco privado esta diferença cai para 2.400%, mesmo assim, não tem explicação para esse tipo de atitude. A tabela seguinte, será observada a questão da Operação de Cambio Manual para Compra ou Venda de Moeda – Venda de Moeda Estrangeira, mas com cheque de viagem.

Tabela XXIV - Operação de Cambio Manual para Compra ou Venda de Moeda - Venda de Moeda Estrangeiras - Cheque de Viagem

OPERAÇÃO DE CAMBIO MANUAL PARA COMPRA OU VENDA DE MOED

Venda de Moeda Estrangeira

Cheque de Viagem

Bancos e Financeiras

IMPRIMIR | EM.USS

TARIFA CHEQUE DE VIAGEM

BANCOS E FINANCEIRAS

	EM R\$
Bradesco	25,00
Sicredi	SND
BANCO DO BRASIL	40,00
CAIXA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SND
Banco Itaú S.A.	30,00

Vigente em 14/08/2013 00:07:57
Fonte: Instituições financeiras
SND: Serviço Não Disponível

Neste caso duas instituições não oferecem o serviço, uma privada e outra pública. As demais instituições a diferença chega 60%. A tabela XXV será analisada Operação de Cambio Manual para Compra ou Venda de Moeda – Venda de Moeda Estrangeira - Cartão Pré-pago – Emissão e Carga.

Tabela XXV - Operação de Cambio Manual para Compra ou Venda de Moeda – Venda de Moeda Estrangeira - Cartão Pré-pago – Emissão e Carga

OPERAÇÃO DE CAMBIO MANUAL PARA COMPRA OU VENDA DE MOED

Venda de Moeda Estrangeira

Cartão pré-pago - Emissão e Carga

Bancos e Financeiras

IMPRIMIR | EM.USS

TARIFA CARTÃO PRÉ-PAGO - EMISSÃO E CARGA

BANCOS E FINANCEIRAS

	EM R\$
Bradesco	25,00
Sicredi	SND
BANCO DO BRASIL	40,00
CAIXA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SND
Banco Itaú S.A.	30,00

Vigente em 14/08/2013 00:08:50
Fonte: Instituições financeiras
SND: Serviço Não Disponível

Duas instituições não oferecem o serviço, uma privada e outra pública. As demais instituições a diferença chega 60%. A tabela XXVI será analisada Operação de Cambio Manual para Compra ou Venda de Moeda – Venda de Moeda Estrangeira - Cartão Pré-pago – Recarga.

Tabela XXVI - Operação de Cambio Manual para Compra ou Venda de Moeda – Venda de Moeda Estrangeira - Cartão Pré-pago – Recarga

The screenshot shows the FEBRABAN website interface. The top navigation bar includes the STAR logo, FEBRABAN text, and links for HOME and CONTATO. Below the navigation bar are three steps: 1 SELECIONAR INSTITUIÇÃO, 2 SELECIONAR TARIFA, and 3 RESULTADO COMPARATIVO. The current step is 'SELECIONAR TARIFA', where the operation type is 'Venda de Moeda Estrangeira - Cartão pré-pago - Recarga'. A table lists the rates for 'BANCOS E FINANCEIRAS' in 'EM R\$':

BANCOS E FINANCEIRAS	EM R\$
Bradesco	25,00
SICREDI	SND
BANCO DO BRASIL	40,00
CAIXA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	SND
Itaú Banco Itaú S.A.	30,00

Additional information at the bottom of the table: Vigente em 14/08/2013 00:09:45, Fonte: Instituições financeiras, SND: Serviço Não Disponível.

Duas instituições não oferecem o serviço, uma privada e outra pública. As demais instituições a diferença chega 60%. A tabela XXVII será analisada Operação de Cambio Manual para Compra ou Venda de Moeda – Compra de Moeda Estrangeira em espécie.

Tabela XXVII - Operação de Cambio Manual para Compra ou Venda de Moeda – Compra de Moeda Estrangeira em espécie

The screenshot shows the FEBRABAN website interface. The top navigation bar includes the STAR logo, FEBRABAN text, and links for HOME and CONTATO. Below the navigation bar are three steps: 1 SELECIONAR INSTITUIÇÃO, 2 SELECIONAR TARIFA, and 3 RESULTADO COMPARATIVO. The current step is 'SELECIONAR TARIFA', where the operation type is 'Compra de Moeda Estrangeira em espécie'. A table lists the rates for 'BANCOS E FINANCEIRAS' in 'EM R\$':

BANCOS E FINANCEIRAS	EM R\$
Bradesco	60,00
SICREDI	0,00
BANCO DO BRASIL	60,00
CAIXA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	20,00
Itaú Banco Itaú S.A.	30,00

Additional information at the bottom of the table: Vigente em 14/08/2013 00:12:05, Fonte: Instituições financeiras, SND: Serviço Não Disponível.

Observamos que o Sistema Sicredi não disponibiliza este serviço. As demais instituições existem uma diferença de 200% da maior para a menor tarifa. Aproxima tabela XXVIII - Operação de Cambio Manual para Compra ou Venda de Moeda - Compra de Moeda Estrangeiras - Cheque de Viagem.

Tabela XXVIII - Operação de Cambio Manual para Compra ou Venda de Moeda - Compra de Moeda Estrangeiras - Cheque de Viagem.

OPERÇÃO DE CAMBIO MANUAL PARA COMPRA OU VENDA DE MOED	
Compra de Moeda Estrangeira	
Cheque de Viagem	
Bancos e Financeiras	

IMPRIMIR | [EM USS](#)

TARIFA CHEQUE DE VIAGEM

BANCOS E FINANCEIRAS	EM R\$
Bradesco	25,00
SICREDI	SND
BANCO DO BRASIL	40,00
CAIXA CAIXA ECONMICA FEDERAL	SND
Banco Itaú S.A.	30,00

Vigente em 14/08/2013 00:12:49
Fonte: Instituições financeiras
SND: Serviço Não Disponível

Verificamos que o Sistema Sicredi e um dos Banco Públicos não disponibiliza este serviço. As demais instituições a variação chega a 60% da maior para menor. A tabela XXIX - Operação de Cambio Manual para Compra ou Venda de Moeda - Compra de Moeda Estrangeiras – Cartão pré-pago.

Tabela XXIX - Operação de Cambio Manual para Compra ou Venda de Moeda - Compra de Moeda Estrangeiras – Cartão pré-pago.

OPERÇÃO DE CAMBIO MANUAL PARA COMPRA OU VENDA DE MOED	
Compra de Moeda Estrangeira	
Cartão pré-pago	
Bancos e Financeiras	

IMPRIMIR | [EM USS](#)

TARIFA CARTÃO PRÉ-PAGO

BANCOS E FINANCEIRAS	EM R\$
Bradesco	25,00
SICREDI	SND
BANCO DO BRASIL	40,00
CAIXA CAIXA ECONMICA FEDERAL	SND
Banco Itaú S.A.	30,00

Vigente em 14/08/2013 00:13:37
Fonte: Instituições financeiras
SND: Serviço Não Disponível

Verificamos que o Sistema Sicredi e um dos Bancos Público não disponibiliza este serviço. As demais instituições a variação chega a 60% da maior para menor.

Ao final da tabulação dos dados foi observado que o sistema Sicredi deixa de oferecer aos seus cooperados 08(oito) produtos. E, levando em consideração às 29(vinte e nove) tabelas analisadas, ocorre um fato no mínimo curioso, se não levamos em consideração a tabela XXIII, o sistema Sicredi é 395, 89% (trezentos e noventa e cinco inteiros e oitenta e nove centésimos por cento) mais barato que as demais instituições financeiras, mas se considerarmos a tabela citada, é absurdamente inexplicável, pois torna-se 3.254,11% (três mil, duzentos e cinquenta e quatro inteiros e onze centésimos) mais cara.

Neste caso, avaliamos e provamos que existe possibilidade das cooperativas trabalharem com valores mais abaixo do que o mercado financeiro. A tabela específica pode ser um caso atípico, e em nosso caso, temos o poder de rever esta situação.

CAPÍTULO III

ALGUNS NÚMEROS SOBRE O CRÉDITO COOPERATIVO E O CRÉDITO BANCÁRIO

3.1. O CRÉDITO COOPERATIVO

O ambiente diversificado entre cooperativas faz com que a captação de depósitos no sistema cooperativista seja superior à demanda atendida de crédito, evidenciado em 2012 quando os depósitos superaram em R\$ 1,2 bilhão os correspondentes empréstimos. Essa “sobra” de recursos, somada ao capital e aos repasses, tornam o sistema bastante líquido na região, com alta capacidade de ampliar a concessão de crédito, caso a demanda assim o exija, observados, evidentemente, os princípios de seletividade, garantia e liquidez.

Cooperativismo na Região Sudeste

Regiões	Participação Regional											
	No Setor						No SFN					
	Créditos			Depósitos			Créditos			Depósitos		
	dez/10	dez/11	dez/12	dez/10	dez/11	dez/12	dez/10	dez/11	dez/12	dez/10	dez/11	dez/12
Sudeste	34,12%	33,79%	32,74%	35,64%	36,53%	34,16%	1,46%	1,08%	1,38%	1,21%	0,87%	1,13%
ES	9,81%	9,84%	10,98%	6,34%	7,57%	7,57%	7,25%	7,62%	8,46%	3,94%	4,75%	4,68%
MG	37,73%	38,57%	37,99%	34,84%	33,85%	33,85%	4,31%	4,86%	4,43%	4,41%	3,93%	4,20%
RJ	4,68%	4,98%	4,86%	6,46%	6,30%	6,18%	0,55%	0,51%	0,64%	0,60%	0,48%	0,54%
SP	47,79%	46,61%	46,17%	52,36%	52,27%	52,41%	0,96%	0,64%	0,84%	0,84%	0,57%	0,78%

----- – Empréstimos na Região Sudeste: Participação relativa por sistema

Regiões	Participação Relativa por Sistema																	
	Créditos (%)																	
	Sicoob			Sicredi			Unicred			Confesol			Sistemas 2 níveis			Independen		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	
Sudeste	81,4	82,5	82,8	1,5	1,6	1,7	8,4	9,3	9,4	0,07	0,1	0,1	0,04	0,05	0,1	8,5	6,2	
ES	92,0	92,0	93,3	0	0	0	0,71	0,75	0,65	0,17	0,21	0,43	0,40	0,39	1,13	6,72	6,65	
MG	91,9	91,7	92,0	0	0	0	5,71	5,96	5,65	0,06	0,07	0,10	0	0,03	0,01	2,34	2,22	
RJ	0	33,6	30,9	0	0	0	46,7	53,6	59,8	0	0	0	0	0	0	53,2	12,7	
SP	76,9	78,2	78,1	3,15	6,54	3,79	8,44	9,65	9,25	0,07	0,17	0,01	0	0	0	9,36	8,89	

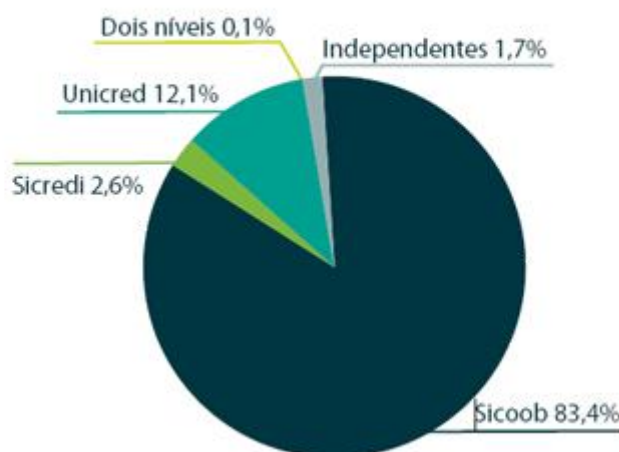
Tabela XXII – Depósitos na Região Sudeste: Participação relativa por sistema

Regiões	Participação Relativa por Sistema																	
	Depósitos (%)																	
	Sicoob			Sicredi			Unicred			Confesol			Sistemas 2 níveis			Independentes		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Sudeste	80,5	83,2	83,3	2,6	2,5	2,5	11,7	12,1	12,1	0,07	0,1	0,1	0	0,02	0,05	5,0	1,9	1,7
ES	93,7	95,0	94,7	0	0	0	1,67	1,28	1,45	0,41	0,68	0,84	0	0,11	0,68	4,16	2,85	2,24
MG	91,4	90,8	90,7	0	0	0	8,41	9,01	9,07	0,09	0,13	0,12	0	0,02	0,01	0,07	0,04	0,04
RJ	0	43,4	43,5	0	0	0	51,5	52,4	54,9	0	0	0	0	0	0	48,5	4,09	1,51
SP	81,6	81,4	81,6	4,96	4,86	4,92	10,3	10,8	10,5	0,02	0,10	0,04	0	0	0	3,09	2,71	2,78

Quanto ao atendimento, há predomínio absoluto do Sicoob, com marketshare de 83% em créditos e em depósitos. Caso considerados apenas os estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, a participação do Sicoob supera 90%, o que denota sua importância para a região. A entrada em funcionamento do Sicoob Central Rio de Janeiro a partir de 2011 contribuiu para o aumento do market share do Sicoob, diante do ingresso de recursos de R\$ 223,5 milhões em créditos e R\$ 430,5 milhões em depósitos, cursados em cooperativas que antes estavam no grupo das solteiras. Em dez/2012 esses valores representavam 31% dos empréstimos e 44% dos depósitos cursados no cooperativismo de crédito do estado. Trata-se de bom market share, mas que associado ao fato de que naquele estado o cooperativismo participa com menos de 1% do sistema financeiro local, revela o grande espaço que o segmento ainda pode ocupar.

A baixa representatividade dos demais sistemas é comandada pela Unicred, que detém 9,4% dos empréstimos e 12,1% dos depósitos, produto da participação de quase 60% do cooperativismo do Rio de Janeiro, 10% em São Paulo, 7% em Minas Gerais e apenas 1% no Espírito Santo. O Sicredi possui atuação limitada no estado de São Paulo, em torno de 4% do cooperativismo local. Em 2011, a Central desse sistema no estado de São Paulo foi incorporada ao Paraná. Finalmente, o grupo das solteiras absorve 5,8% dos empréstimos e 1,7% dos depósitos da região, o que denota baixa potencialidade desse segmento na geração de depósitos.

Depósitos Região Sudeste Por Subsistema



Mesmo com esse potencial, a participação do cooperativismo no sistema financeiro do sudeste encontra-se abaixo da média nacional: apenas 1,4% dos empréstimos e 1,1% dos depósitos, isto já considerando a evolução ocorrida em 2012 em relação a 2011. Quem puxa esse indicador para baixo é o cooperativismo no estado de São Paulo, que mesmo concentrando metade das operações cooperativistas do sudeste e cerca de um terço do cooperativismo nacional, detém menos de 1% do sistema financeiro paulista. Explica-se: São Paulo é o centro financeiro do País, concentrando 66% dos empréstimos e 53% dos depósitos. Por isto sua população, especialmente a urbana e consumista, dispõe de elástica oferta de produtos e serviços financeiros, alguns dos quais ainda não disponíveis em todos os subsistemas cooperativos, o que permite vantagens competitivas ao sistema bancário tradicional, via diversidade, preço, volume individual e limites técnicos.

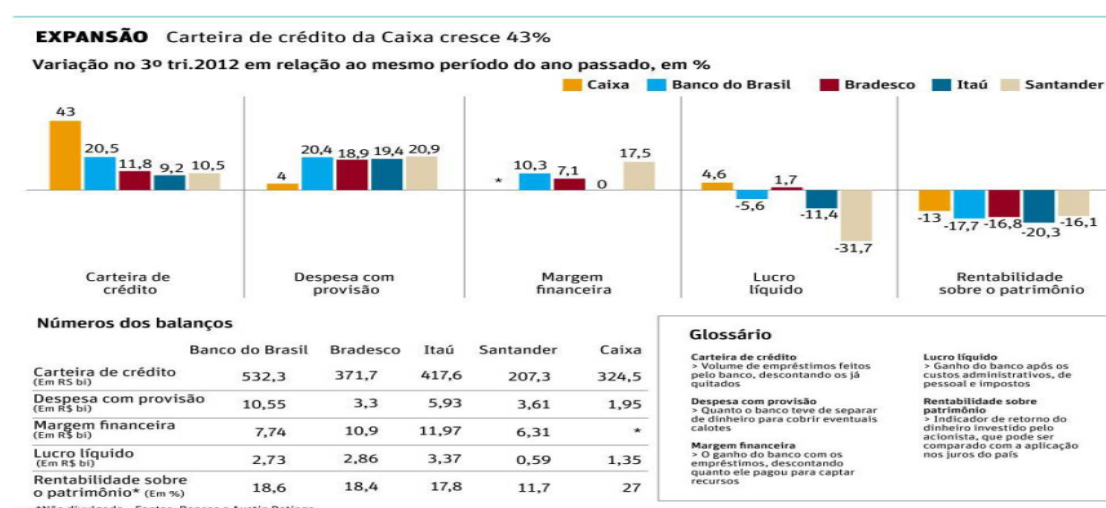
Nesse cenário, o aumento da participação no sistema financeiro de São Paulo envolve estratégias específicas de curto, médio e longo prazo, entre as quais:

1. ampliação da rede de atendimento;
2. aumento dos limites técnicos mediante reforço de capital em todos os níveis;
3. fidelização do associado via ampliação do portfólio de produtos e serviços;
4. atendimento sob medida via evolução tecnológica;
5. amplitude associativa via formação de cooperativas abertas e/ou incorporações preventivas;
6. capacitação de dirigentes e funcionários, via programas de treinamento gerencial e operacional;
7. marketing e divulgação das vantagens do sistema cooperativista.

Enquanto isto, nos estados de menor potencial concentrador, o cooperativismo possui maior importância relativa para a população, como o ESPÍRITO SANTO, onde participa com 8,5% dos empréstimos e 4,7% dos depósitos locais, e MINAS GERAIS, com 4,4% e 4,2%, respectivamente. Ainda assim, há neles também desafios para consolidar o cooperativismo, alguns dos quais até entrelaçados com as ações a serem desenvolvidas para São Paulo. Sobretudo no que tange à fidelização dos associados, ampliação do portfólio de produtos e, mais especificamente em Minas Gerais, a extensão do cooperativismo para um número maior de municípios, via abertura de postos de atendimento e incorporações preventivas.

Por fim, ratifica-se a importância estratégica do Rio de Janeiro. Com a autorização de funcionamento concedida em 2011 para uma nova Central vinculada ao Sicoob, renova-se a esperança de retomada do cooperativismo no estado depois da sucessão de eventos negativos que culminaram na liquidação da Cecrerj em 2003. Isto porque, nesses oito anos o sistema remanescente Unicred não pode abrigar as cooperativas órfãs da central liquidada, diante de seu foco nos profissionais da saúde. E o que se viu foi um cooperativismo declinante que só não sucumbiu porque recebeu assistência do Sicoob, mediante convênio firmado com algumas cooperativas do estado.

3.2. CRÉDITO BANCÁRIO



¹⁴ Site: Revista Cidadania & Cultura - C:\Users\Patrícia\Downloads\Análise Comparativa entre os Desempenhos dos Bancos Públicos e dos Privados _ Cidadania & Cultura.html - Postado em 30/12/2012 - Acesso: 12/06/2013.

Desempenho dos cinco maiores

Lucro dos bancos cai, mas carteira de crédito cresce com apetite de bancos públicos - em R\$ bilhões

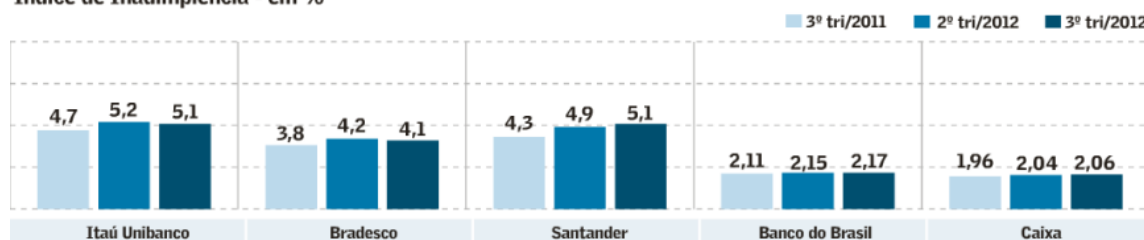
Lucro líquido

	3º tri/11	3º tri/12
Itaú Unibanco	3,81	3,37
Bradesco	2,82	2,86
Santander	0,87	0,59
Banco do Brasil	2,89	2,73
Caixa	1,29	1,35
Total	11,67	10,90
Variação no ano	↘ -6,56%	

Carteira de crédito

	3º tri/11	2º tri/12	3º tri/12
Itaú Unibanco	335,28	356,79	359,81
Bradesco	260,47	279,17	284,37
Santander	188,39	205,63	207,33
Banco do Brasil	402,56	459,79	480,74
Caixa	227,03	297,60	324,50
Total	1.413,72	1.598,98	1.656,75
Variação no ano	↗ 17,2%	Variação no trimestre	↗ 3,61%

Índice de Inadimplência - em %



Fonte: demonstrações de resultados dos bancos

O principal agente do governo para estimular a concorrência bancária, a Caixa Econômica Federal teve, no terceiro trimestre, o maior crescimento entre os bancos brasileiros nas operações de crédito: 43% em relação ao mesmo período de 2011. Os rivais privados tiveram expansão de 10%, e o Banco do Brasil, de 20,5%. No entanto, o lucro do banco estatal subiu apenas 4,6% nessa comparação, somando R\$ 1,35 bilhão. O ritmo é superior ao da maioria dos concorrentes (veja acima), mas decepciona se comparado com a capacidade do banco de gerar novos empréstimos, demonstrando os efeitos do novo cenário de juros baixos: o crédito cresce com vigor, mas os ganhos são menores.

Isso ocorre porque o banco atua em segmentos com “spread” (diferença entre a taxa paga ao cliente que investe e a cobrada nos empréstimos) limitado, como financiamento imobiliário, para infraestrutura e crédito consignado. Já os demais bancos focam linhas de maior risco, como financiamento a veículos e crédito pessoal, que têm margens de ganho maiores.

A Caixa atua em áreas em que o ‘spread’ é limitado, 60% dos empréstimos são de habitação, com ‘spread’ de menos de 3%. Por mais que faça operações de crédito, não está em seu horizonte comparar o volume de resultado financeiro com o dos demais bancos. Como o Tribunal de Contas Nacional já não exige o lucro máximo, para pagar

maiores dividendos para alcançar a meta do superávit primário, a Caixa busca o crescimento sustentado, reduzindo as taxas de juros.

Apesar do lucro estreito, o banco estatal manteve alta a sua rentabilidade patrimonial (indicador de retorno pelo investimento ao acionista). Na Caixa, devido à sua baixa capitalização, o indicador figura em 27%, enquanto nos demais bancos estão abaixo de 20%. No terceiro trimestre do ano passado, porém, esse indicador estava em 31%. Segundo o vice-presidente de Controladoria, Raphael Rezende Neto, a redução ocorreu porque o banco teve injeção de capital de R\$ 13 bilhões, feita pelo governo em 21/09/12, que aumentou a base patrimonial.

A Caixa Econômica Federal elevou em quase R\$ 100 bilhões o estoque de crédito do país nos últimos 12 meses, contabilizados a partir de setembro de 2011. Dos R\$ 243 bilhões de expansão do volume de empréstimos e financiamentos dos cinco maiores bancos do Brasil, a Caixa foi responsável por R\$ 97,5 bilhões. Outro importante quinhão ficou com o Banco do Brasil, cuja carteira aumentou R\$ 78,2 bilhões.

Apesar de menor do que o avanço da Caixa, a cifra do Banco do Brasil supera a evolução dos três maiores bancos privados do país. Juntos, Itaú Unibanco, Bradesco e Santander tiveram um crescimento de R\$ 67,4 bilhões no estoque de empréstimos e financiamentos.

A agressividade dos bancos públicos ainda não modificou o **ranking de bancos por ativos** neste ano. O BB já era líder e continua, enquanto a Caixa segue em quarto lugar, atrás de Itaú e Bradesco. No ano passado a Caixa já havia ultrapassado o Santander.

Sustentado pelas instituições públicas, o **estoque de crédito dos cinco maiores bancos do país** avançou 17,2% em 12 meses, para R\$ 1,67 trilhão em setembro. Porém, essa expansão de dois dígitos não se refletiu no resultado das instituições, sejam elas públicas ou privadas. Os cinco bancos somaram um **lucro** de R\$ 10,9 bilhões no terceiro trimestre deste ano, com queda de 6,5% na comparação com igual intervalo de 2011.

Sem exceção, todos também viram o **retorno sobre o patrimônio líquido** – importante indicador de rentabilidade avaliado por investidores – cair. Despesas com provisões para devedores duvidosos e juros em queda foram os fatores que mais atingiram os bancos.

Só Bradesco e Caixa conseguiram exibir resultados maiores. O lucro líquido do banco da Cidade de Deus atingiu R\$ 2,86 bilhões, com alta de 1,7% em um ano.

Na Caixa, a expansão de 43% da carteira de crédito se traduziu em um avanço absoluto menor do lucro, embora de 4,6%, para R\$ 1,35 bilhão. A pressão do governo pela redução do custo do crédito impediu um crescimento maior do resultado líquido.

As taxas de juros estão caindo, mas a Caixa tenta compensar com o volume de crédito. Só em **contas correntes**, o banco abriu 3,36 milhões de novos cadastros em 12 meses, impulsionados principalmente pela propaganda dos juros mais baixos do programa Caixa Melhor Crédito.

O avanço dos bancos públicos frente aos privados não é um fato novo. Resta saber até onde ou quando o movimento seguirá. A Caixa ainda prevê ganhar participação no mercado de crédito até o fim do ano, encerrando 2012 com uma fatia de 15% ou 0,5 ponto percentual a mais do que em setembro. Um ano atrás, a Caixa tinha 11,76%. Em meados deste ano, a Caixa tirou do Bradesco a posição de terceira maior carteira de crédito do país.

Ainda em fase de reuniões de planejamento para 2013, a Caixa evita fazer projeções. No entanto, o ritmo de 40% é um parâmetro importante para a Caixa. Vem sendo seguido pelo banco há alguns anos.

Em recente reunião com jornalistas, executivos do BB foram mais cautelosos em relação ao cenário de expansão dos bancos públicos em 2013. O que prevê é que a concorrência no ano que vem deve ser mais acirrada.

Um fator que pode limitar a expansão de Banco de Brasil e Caixa no ano que vem é a **inadimplência**. Por enquanto, o indicador dá sinais de acomodação, mas ainda é cedo para se afirmar que essa é a tendência daqui para a frente.

3.3 - POLÍTICA DE CRÉDITO NAS COOPERATIVAS

Metodologia para Determinação do Risco de Crédito (Baseada em técnicas de julgamento).

Os 5 C's do Crédito:

- Caráter - Idoneidade ou reputação no mercado de crédito;

- Capacidade - Habilidade em converter ativos e negócios em renda;
- Capital - Situação econômica financeira;
- Condições - Impacto e fatores externos sobre a fonte de renda;
- Colateral (garantias) - Vinculação de bens em caso de perda (Total ou parcial) da renda.

Os C's do crédito podem ser segmentados da seguinte forma: aspectos pessoais, aspectos financeiros e garantia.

Na análise de risco, o C's do crédito são divididos em aspectos pessoais caráter e capacidade, e aspectos financeiros capital e condições.

Deve-se considerar que o primeiro grupo tem peso maior na avaliação. O C do colateral deve ser considerado, ou exigido, quando os C's do aspecto financeiro, capital e condições não forem suficientes para a decisão do crédito. Destaca-se como primeira etapa da análise de crédito a pesquisa do "caráter" do cooperado/cliente.

Caso existam informações desabonadoras do tomador com o mercado de crédito, a decisão tende a ser a imediata recusa do empréstimo solicitado. O analista de crédito geralmente dá maior importância aos dois primeiros C's caráter e capacidade uma vez que eles representam os requisitos fundamentais para a concessão de crédito a um solicitante.

A consideração para os demais C's capital, colateral e condições é importante para a definição do acordo de crédito e tomada de decisão final, que depende da experiência e do julgamento dos analistas.

3.4 - POLÍTICA DE CRÉDITO NOS BANCOS

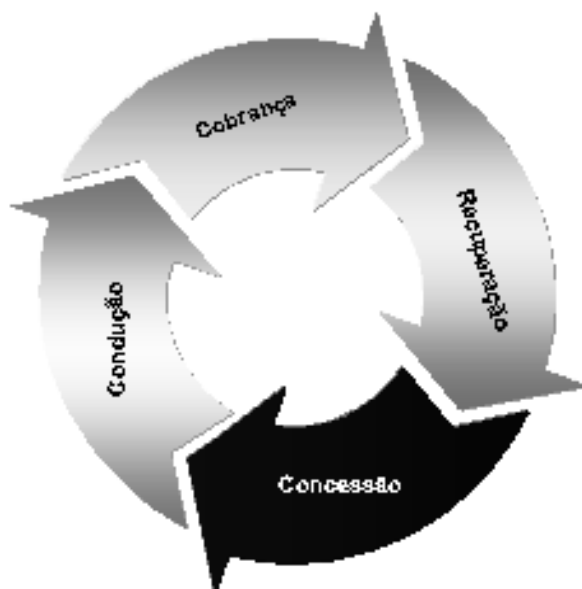
Políticas de Crédito e Risco de Crédito

As Políticas de Crédito e Risco de Crédito visam assegurar uniformidade nas decisões, aperfeiçoar a administração do risco de crédito, garantir a integridade dos ativos de crédito e níveis adequados de risco e perdas, e elevar os padrões de qualidade e o resultado do Banco. Essas políticas são aplicadas a todos os negócios que envolvam risco de crédito, inclusive os realizados por conta e risco de terceiros.

As principais Políticas de Crédito e Risco de Crédito adotadas pelo Banco tratam do retorno ajustado ao risco, dos limites máximos de concentração, dos percentuais máximos de comprometimento do Patrimônio de Referência – PR, do processo de análise de risco de crédito e deferimento de operações e de auditoria dessas práticas.

Processo de Crédito

O processo de crédito no Banco do Brasil é constituído pelas seguintes etapas:



Concessão: é a porta de entrada no relacionamento de crédito com o Banco. Abrange a análise do cliente e da operação. Na primeira, o Banco utiliza métodos massificados e personalizados, definindo a probabilidade de inadimplência e o limite de exposição. Quanto à análise da operação, o Banco busca compatibilizar a oferta de produtos de crédito adequados ao perfil e à capacidade de pagamento do cliente.

Condução: compreende a fase de acompanhamento da aplicação dos recursos liberados, o gerenciamento das garantias, entre outras ações. O principal objetivo nesta fase é a prevenção contra a inadimplência dos ativos.

Cobrança: caracteriza-se pela utilização de mecanismos que asseguram o retorno dos

recursos emprestados, levando-se em conta algumas variáveis como o relacionamento do cliente com o Banco, a minimização de custos e a utilização de mecanismos automatizados de cobrança e recebimento de dívidas.

Recuperação: trata-se da fase em que o Banco busca reduzir as perdas de crédito, minimizar os custos de recuperação e aumentar a taxa de recuperação. Estão contemplados nesta etapa o processo de cobrança extrajudicial, terceirização (contratação de empresas para prestar serviços de cobrança e recuperação de créditos inadimplidos) e a cobrança judicial.

Esse processo envolve as diretorias de Crédito e de Reestruturação de Ativos Operacionais, sendo esta última responsável pela condução de créditos problemáticos.

Gestão do Risco de Crédito

Modelos de concessão

Nos últimos anos, o Risco de Crédito passou a ser gerenciado por técnicas cada vez mais sofisticadas e processos mais rigorosos na concessão de uma operação de crédito.

Em relação à análise de risco do cliente, o BB utiliza os modelos de credit scoring e credit rating.

No modelo de credit scoring, a instituição define os conceitos de inadimplência, período de observação em que se avalia com base nas informações cadastrais, a pontualidade no pagamento dos empréstimos; e o período de performance, no qual se avalia se o cliente é bom ou mau pagador.

O modelo credit rating é utilizado para classificar as empresas em categorias de risco de crédito, associando critérios quantitativos, qualitativos e a avaliação do analista de crédito.

Quanto a análise de risco da operação, o Banco utiliza um modelo para classificação do risco das operações, em cumprimento à Resolução CMN 2.682/99, que dispõe sobre a classificação e constituição de provisão para as operações de crédito, mediante a utilização dos nove níveis de risco.

Além desses modelos, o Banco passou a avaliar os riscos de seus clientes com base na Frequência Esperada de Inadimplência (FEI), classificando-os em nove faixas

de riscos (de AAA a E). A FEI é uma medida de frequência que representa o risco de um devedor deixar de fazer o pagamento pleno de suas obrigações financeiras em um dado horizonte de tempo.

O monitoramento e a verificação do desempenho da modelagem são realizados periodicamente pela área de Controles Internos.

A avaliação de risco de pessoa jurídica, acima de alçada pré-determinada, é realizada nas unidades regionais de análise de crédito, com base nas informações cadastrais e financeiras das empresas.

Mensuração e Instrumentos de Gestão

No intuito de atender às exigências de Basiléia II e alinhado às melhores práticas de gestão de risco, o Banco desenvolveu metodologia própria para apuração dos componentes de risco: FEI, Perda Dada a Inadimplência (PDI), exposição a risco de crédito, que são insumos para a mensuração do Capital Econômico (CE) e da Perda Esperada (PE).

Existe também instrumentos gerenciais de avaliação do risco de crédito, com destaque para:

VaR e RAROC – utilizados na avaliação do segmento Pessoa Jurídica, na visão de setores da economia, como subsídio à decisão de definição de limites macrossetoriais.
IQC – Índice de Qualidade da Carteira – indicador qualitativo e quantitativo da carteira. O conceito de inadimplência segue os preceitos definidos pela Resolução CMN 2.682/99.

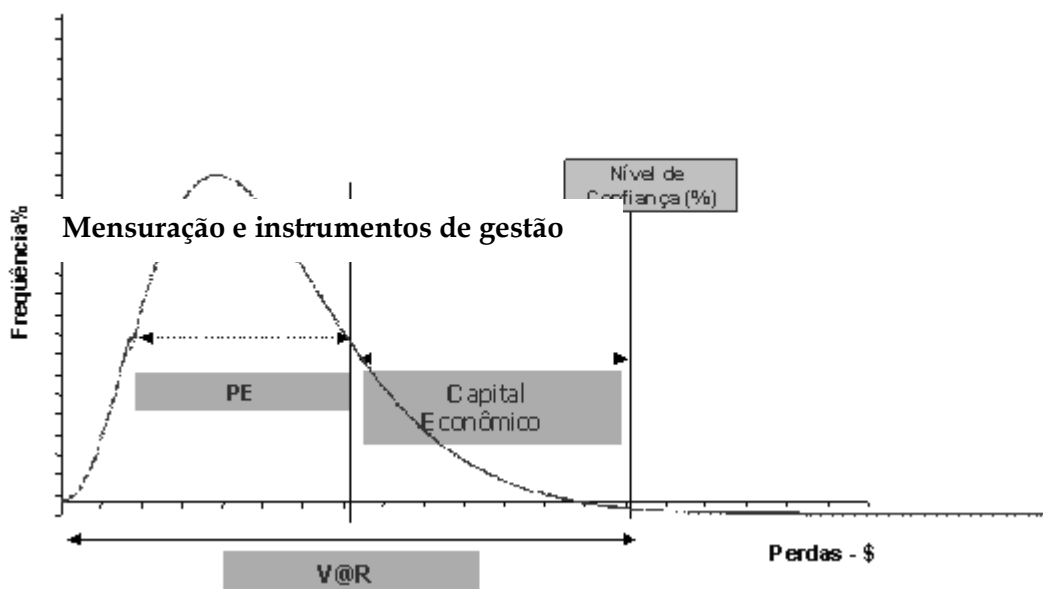
Índices de Inadimplência de 15 e 90 dias – corresponde à divisão do saldo em atraso há mais de 15 e 90 dias, respectivamente, pelo saldo da carteira.

Orçamento de risco de crédito - corresponde à projeção da PCLD para compor o orçamento anual do BB.

Relatórios de gestão do risco de crédito – acompanhamento sistemático e projeções para a carteira de crédito sob diversas visões.

Outro modelo interno é a mensuração do VaR de crédito que tem fundamentação teórica baseada em abordagem atuarial, hoje muito difundida na indústria bancária.

O VaR da carteira de crédito está associado a uma distribuição de perda agregada para um determinado nível de confiança. A média desta distribuição é a Perda Esperada, que representa quanto o Banco espera perder em média num determinado período de tempo, cuja proteção é realizada por meio de provisão. Já o Capital Econômico, que está associado à Perda Inesperada, é determinado pela diferença entre o VaR e a PE. Para esta parcela, o Banco protege-se alocando capital para cobertura de riscos.



A distribuição de perda agregada é gerada utilizando como entrada de dados os seguintes componentes de risco: FEI, PDI e exposição sujeita a risco de crédito. Com relação a estes componentes de risco, o Banco vem trabalhando no aprimoramento de sua modelagem.

A mensuração do VaR de Crédito fornece subsídios para a avaliação de risco e retorno da carteira de crédito do Banco, assim como para o processo de estabelecimento de limites para a carteira de crédito.

Sua avaliação tem auxiliado no processo decisório do Banco, trazendo informações históricas e permitindo analisar a tendência do comportamento do risco. Além disso, sua utilização tem sido de grande valia na disseminação da cultura de gestão do risco de crédito no Banco.

No tocante à avaliação do retorno, os valores de PE e CE servem como insumos para o cálculo do Retorno Ajustado ao Risco (RAROC). A utilização do RAROC tem por finalidade subsidiar importantes processos decisórios no Banco. Seu acompanhamento na perspectiva histórica para os portfólios analisados tem permitido que a avaliação de risco e retorno esteja presente nas decisões da Instituição.

Para tornar o processo de gestão do risco de crédito aderente às melhores práticas, o Banco desenvolveu metodologia para mensuração de concentração no seu portfólio. O Banco utiliza o índice de Herfindahl para calcular o grau de concentração de seu portfólio.

Além do uso de técnicas para identificação e quantificação da concentração, o BB monitora e controla a concentração do risco de crédito em termos de risco/exposição como importante instrumento para subsidiar decisões acerca de definição de limites de exposição a risco.

3.5. ANÁLISE

Verificamos nesse estudo que existe semelhança com os bancos no que se refere apenas aos produtos e serviços, cabendo ao BACEN – Banco Central do Brasil fiscalizar ambos, mas na questão dos encargos, tributos e impostos, há uma grande diferença. As Cooperativas de Crédito tem Legislação, Regulamento e Princípios próprios, conforme mostrado anteriormente. Nesse estudo, tentou-se não deixar dúvidas quanto aos questionamentos apresentados.

Além disso, as cooperativas de crédito podem trabalhar com ¹⁵, o mercado de câmbio é o ambiente onde se realizam as operações de câmbio entre os agentes autorizados pelo Banco Central e entre estes e seus clientes, diretamente ou por meio de seus correspondentes.

O mercado de câmbio é regulamentado e fiscalizado pelo Banco Central e envolve as operações de compra e de venda de moeda estrangeira, as operações em moeda nacional entre residentes, domiciliados ou com sede no País e residentes, domiciliados ou com sede no exterior e as operações com ouro-instrumento cambial, realizadas por intermédio das instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio pelo Banco Central, diretamente ou por meio de seus correspondentes.

Incluem-se no mercado de câmbio brasileiro as operações relativas aos recebimentos, pagamentos e transferências do e para o exterior mediante a utilização de

cartões de uso internacional, bem como as operações referentes às transferências financeiras postais internacionais, inclusive vales postais e reembolsos postais internacionais.

Podem ser autorizados pelo Banco Central a operar no mercado de câmbio os bancos múltiplos; bancos comerciais; caixas econômicas; bancos de investimento; bancos de desenvolvimento; bancos de câmbio; agências de fomento; **sociedades de crédito**, financiamento e investimento; sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários; sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades corretoras de câmbio.

Esses agentes podem realizar as seguintes operações: a) bancos, exceto de desenvolvimento, e a Caixa Econômica Federal: todas as operações previstas para o mercado de câmbio; b) bancos de desenvolvimento; sociedades de crédito, financiamento e investimento e agências de fomento: operações específicas autorizadas pelo Banco Central; c) sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários; sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades corretoras de câmbio:

c1.) operações de câmbio com clientes para liquidação pronta de até US\$100 mil ou o seu equivalente em outras moedas; e

c2.) operações no mercado interbancário, arbitragens no País e, por meio de banco autorizado a operar no mercado de câmbio, arbitragem com o exterior.

As instituições financeiras autorizadas a operar em câmbio podem contratar correspondentes (pessoas jurídicas em geral) para a realização das seguintes operações de câmbio: a) execução ativa ou passiva de ordem de pagamento relativa a transferência unilateral (ex: manutenção de residentes, transferência de patrimônio, prêmios em eventos culturais e esportivos) do ou para o exterior, limitada ao valor equivalente a US\$ 3 mil dólares dos Estados Unidos, por operação; b) compra e venda de moeda estrangeira em espécie, cheque ou cheque de viagem, bem como carga de moeda estrangeira em cartão pré-pago, limitada ao valor equivalente a US\$ 3 mil dólares dos Estados Unidos, por operação; e c) recepção e encaminhamento de propostas de operações de câmbio.

Além disso, as cooperativas podem trabalhar com repasse de Fundos do governo (FAT/FUNDEF). O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE,

destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico.

A principal fonte de recursos do FAT é composta pelas contribuições para o Programa de Integração Social - PIS, criado por meio da Lei Complementar nº 07, de 07 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, instituído pela Lei Complementar nº 08, de 03 de dezembro de 1970. Através da Lei Complementar nº 19, de 25 de junho de 1974, as arrecadações relativas aos referidos Programas passaram a figurar como fonte de recursos para o BNDES. A partir da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, estes Programas foram unificados, hoje sob a denominação de Fundo PIS-PASEP.

Posteriormente, com a promulgação da Constituição Federal, em 05 de outubro de 1988, nos termos do que determina o seu art. nº 239, alterou-se a destinação dos recursos provenientes da arrecadação das contribuições para o PIS e para o PASEP, que deixaram de ser direcionados a este Fundo, passando a serem alocados ao FAT, direcionados ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e, pelo menos quarenta por cento, ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico, esses últimos a cargo do BNDES.

A regulamentação do Programa do Seguro-Desemprego e do abono a que se refere o art. 239 da Constituição ocorreu com a publicação da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Essa lei também instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT.

O FAT é gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT. Dentre as funções mais importantes do órgão, estão as de elaborar diretrizes para programas e para alocação de recursos, de acompanhar e avaliar seu impacto social e de propor o aperfeiçoamento da legislação referente às políticas públicas de emprego e renda, bem como de fiscalização da administração do FAT.

As principais ações de emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno de dois programas: o Programa do Seguro-Desemprego (com as ações de pagamento do benefício do seguro-desemprego, de qualificação e requalificação profissional e de orientação e intermediação de mão-de-obra) e os Programas de Geração de Emprego e Renda (com a execução de programas de estímulo à geração de empregos e fortalecimento de micro e pequenos empreendimentos), cujos

recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991.

Para que o BNDES alcance clientes potenciais por todo o território nacional, grande parte de suas operações é realizada de forma indireta, através da parceria com uma rede de instituições financeiras credenciadas que cobre todo o país. A maioria dos bancos brasileiros faz parte desta rede e, portanto, é credenciada a operar com as linhas de financiamento do BNDES. Nas operações indiretas, o Banco repassa os recursos financeiros a bancos comerciais, públicos ou privados, agências de fomento e COOPERATIVAS credenciadas pelo BNDES, e estes agentes serão responsáveis pela análise e aprovação do crédito e pela definição das garantias. Os empresários usualmente se dirigem àquelas instituições onde já possuem cadastro e/ou algum tipo de relacionamento bancário. As agências financeiras credenciadas, por sua proximidade com os clientes, têm as melhores condições para avaliar os pedidos de

CONCLUSÃO

Concluimos que esta monografia servirá como retorno às raízes do cooperativismo e a atualidade caminhando juntos para ter como resultado uma reflexão quanto ao desenvolvimento do cooperativismo no Brasil, e principalmente, no Nordeste. É a partir desse estudo que poderemos fazer uma avaliação do quadro social e econômico, além da atual situação referente às tarifas que estão sendo utilizadas nos bancos e no sistema Sicredi.

O estudo elaborado mostra, conforme as ilustrações, o perfil dos bancos em relação a um dos sistemas do cooperativismo. Com isso, podemos observar, na prática, que as tarifas analisadas tem pontos positivos e negativos em relação ao sistema Sicredi. Isto quer dizer que o sistema Sicredi poderia melhorar suas tarifas, pois existem tarifas que precisam ser revistas, como toda e qualquer instituição cooperativista, tem o poder para alterar suas tarifas conforme for conveniente, obviamente, sem que a prejudique.

Neste caso, o sistema Sicredi tem potencial de competir igualmente com as demais instituições, pois é um dos maiores sistemas cooperativo do Brasil. O cooperativismo de crédito é, em muitos países do mundo, uma das principais instituições financeiras a serviço das comunidades.

MARX apud CARLI, descreve:

A força do homem isolado é mínima, mas a junção dessas forças mínimas gera uma força total maior do que a soma das forças reunidas, bastando a simples união delas para diminuir o tempo e aumentar o espaço em que se executa a operação. (MARX apud CARLI, 2008. p. 382).

Com esse pensamento, juntamente com uma proposta mais compatível com as demais instituições, teremos a oportunidade de lutar por políticas mais justas, lembrando sempre que não podemos jamais confundir a filantropia com o dever de crescimento para com a cooperativa e o(s) sistema(s).

KEIL, Ivete Manetzeder & MONTEIRO, Silvio Tavares cita seguinte frase:

[..] a capacidade das classes exploradas em tomarem as rédeas de seu destino e gerirem com autonomia seus empreendimentos sem necessitarem de uma classe parasitária de proprietários para dirigirem a economia.

*[..] seus princípios baseavam-se em atitudes democráticas, imersas na solidariedade igualitária, na participação na atividade produtiva, gestão e distribuição dos excedentes conforme a participação de cada um. KEIL, Ivete Manetzeder & MONTEIRO, Silvio Tavares. **Os pioneiros de Rochdale e as distorções do cooperativismo na América Latina.** São Leopoldo (RS), Agosto de 1982, p.07.*

Como vimos no texto, mostramos a importância do trabalho, procuramos ter um equilíbrio entre as análises realizadas. Finalizamos dizendo que, se ao menos conseguíssemos que uma cooperativa tenha esse tipo de conscientização, estaremos tendo a certeza de estar sendo cumprida uma parte do nosso trabalho. E, ao lê esta monografia as cooperativas fiquem no mínimo reflexivos quanto ao seu papel junto à comunidade e, conseqüentemente aos cooperados, teremos sentimento de trabalho concretizado.

REFERÊNCIAS

- OCB – SESCOOB. **História do Cooperativismo**. Disponível: (<http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/cooperativismo/index.asp>), acesso em [2013.06.04];
- Sistema CECRED. **Cooperativismo**. Disponível: (<http://www.cecred.coop.br/sistema-cecred/o-sistema/o-sistema--3>), acesso em [2013.06.12];
- Wikipédia. A enciclopédia Livre. **Cooperativismo**. Disponível: (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Cooperativismo>) - acesso em [2013.06.18];
- Portal do Cooperativismo de Crédito. **História do Cooperativismo; Legislação e Gestão; Entidades de Representação e Mercado Financeiro**. Disponível: (www.cooperativismodecredito.com.br), acesso em [2013.06.21];
- SOUZA, Reivan Marinho de; e AMORIM, Lana Carolina Carvalho. **Cooperativas no capitalismo contemporâneo: estratégias dos trabalhadores a serviço do capital**. Disponível: (<http://www.simposioproducaosocial.org.br/Trabalhos/605.pdf>), acesso em [2013.06.26];
- PAGOTTO, Claudete. **Cooperação e cooperativas: instrumentos de organização e de resistência dos trabalhadores sem-terra**. Disponível: (http://www.pucsp.br/neils/downloads/v11_12_claudete_pagotto.pdf), acesso em [2013.07.02];
- MEINEN, Ênio. **Cooperativa de crédito ou instituição financeira cooperativa!?**. Disponível: (<http://www.blogticoob.com.br/index.php/sicoob-acontece/250-cooperativa-de-credito-ou-instituicao-financeira-cooperativa>), acesso em [2013.07.07];
- MEINEN, Ênio; e PORT, Márcio. **Livro: Cooperativismo de Crédito ontem, hoje e amanhã. Diferenças entre cooperativas e bancos**. Disponível: (<http://www.cooperativismodecredito.com.br/DiferencasentreasCooperativaseosBancos.html>), acesso em [2013.07.12];
- CAMPOS, Thiago de Souza Moliari. et al. **O Cooperativismo: uma Análise das Taxas Cobradas nos Serviços Prioritários de Bancos Versus Sistema de Cooperativas de Crédito**. Disponível: (<http://www.aedb.br/seget/artigos11/59514775.pdf>), acesso em [2013.07.14];
- ALVES, Sérgio Darcy da Silva; e SOARES, Marden Marques. **BACEN - Banco Central do Brasil. Democratização do Crédito no Brasil, Atuação do Banco Central - Atualizado em junho 2004**. Disponível: (<http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/democrat.pdf>), acesso em [2013.07.22];
- SOARES, Marden Marques; e SOBRINHO, Abelardo Duarte de Melo. **BACEN - Banco Central do Brasil. Microfinanças - O Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito - 2ª edição, revista e ampliada**. Disponível:

(http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_microfinan%E7as_internet.pdf)
 acesso em [2013.08.03];

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS - SISTEMA DE DIVULGAÇÃO DE
 TARIFAS DE SERVIÇOS FINANCEIROS DA FEBRABAN. **Consultar e Comparar
 Tarifas por Instituição e entre Instituições.** Disponível: ([http://www.febraban-
 star.org.br/](http://www.febraban-star.org.br/)); (<http://www.febraban-star.org.br/TarifasBancoLista.asp>);
 ([http://www.febraban-
 star.org.br/CompararTarifaPasso1.asp](http://www.febraban-star.org.br/CompararTarifaPasso1.asp)); ([http://www.febraban-
 star.org.br/CompararTarifaPasso2.asp](http://www.febraban-

 star.org.br/CompararTarifaPasso2.asp)); ([http://www.febraban-
 star.org.br/star-
 pacotesBC/consultar.aspx?consulta=T](http://www.febraban-star.org.br/star-

 pacotesBC/consultar.aspx?consulta=T)); ([http://www.febraban-
 star.org.br/TarifasBanco.asp?id_banco=104073&moeda=R\\$](http://www.febraban-

 star.org.br/TarifasBanco.asp?id_banco=104073&moeda=R$)), acesso em [2013.08.14]

JUNIOR, Antônio Guerra. **Cooperativas de Crédito Mútuo no Contexto do Sistema
 Financeiro.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
 Administração, da Universidade de São Caetano do Sul - SÃO CAETANO DO SUL –
 2013. Disponível:
 ([http://repositorio.uscs.edu.br/bitstream/123456789/308/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o
 %20de%20Mestrado%20em%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20ANTONIO%20G
 UERRA.pdf](http://repositorio.uscs.edu.br/bitstream/123456789/308/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20em%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20ANTONIO%20GUERRA.pdf)), acesso em [2013.08.11];

Silva, Leonardo Xavier da; HOLZ, Viviane Ratzmann. V Encontro de Pesquisadores
 Latino-americanos de Cooperativismo. Movimento Cooperativo, transnacionalização e
 Identidade Cooperativa na América Latina. Comitê de Pesquisa da Aliança Cooperativa
 Internacional. **209 - O COOPERATIVISMO E SEU COMPORTAMENTO
 DIANTE DO CAPITALISMO ATUAL: ASPECTOS TEÓRICOS E
 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS - GESTÃO ECONÔMICA E SOCIAL DAS
 COOPERATIVAS** – 06 Agosto 2008 – Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. Disponível:
 ([http://www.fundace.org.br/cooperativismo/arquivos_pesquisa_ica_la_2008/209-
 silva.pdf](http://www.fundace.org.br/cooperativismo/arquivos_pesquisa_ica_la_2008/209-

 silva.pdf)), acesso em [2013.08.16];

OCB-GO/SESCOOP-GO. **Sistema de Representação.** Disponível:
 ([http://www.ocbgo.org.br/cooperativismo/o-que-e-o-cooperativismo/sistema-de-
 representacao/](http://www.ocbgo.org.br/cooperativismo/o-que-e-o-cooperativismo/sistema-de-

 representacao/)), acesso em [2013.08.20];

Accu – Association Of Asian Confederation Of Credit Unions. **Sistema de
 Representação.** Disponível: (<http://www.aaccu.coop/index.php>), acesso em
 [2013.08.20];

European Association Of Co-operative Banks. **Sistema de Representação.** Disponível:
 (<http://www.eacb.coop/en/home.html>), acesso em [2013.08.20];

PINHEIRO, Marcos Antônio Henriques. **Cooperativas de Crédito - História da
 Evolução Normativa no Brasil** - 6ª edição. Disponível:
 (http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_cooperativas_credito.pdf),
 acesso em [2013.08.24];

PINHO, Diva Benevides. **Brasil: Crédito Cooperativo e Sistema Financeiro** –
 ESETec – São Paulo, 2006.

InfoEscola - Navegando e Aprendendo. **Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT**. Disponível: (<http://www.infoescola.com/brasil/fundo-de-amparo-ao-trabalhador-fat/>), acesso em [2013.09.07];

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento. **Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT**. Disponível: (http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Fundos/Fat/), acesso em [2013.09.07];

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento. **Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT**. Disponível: (http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Instituicao_Financeira_Credenciada/), acesso em [2013.09.07];

EMBATES E DEBATES SOBRE O COOPERATIVISMO RURAL

Me. Gisele Ramos Onofre PG, Geografia, USP, giseleramos@usp.br . Dr. Júlio César Suzuki (OR.), USP, jcsuzuki@usp.br

http://www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/PDF/ciencias_exatas/04_ONOFRE_SUZUKI.pdf